

A close-up of a human hand, palm facing up, with fingers slightly spread. The hand is overlaid with thick, expressive orange paint strokes and a thick black outline that follows the general shape of the hand and fingers. The background is a solid, vibrant orange.

Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise do que funciona

Robert Muggah e Ana Paula Pellegrino
Fevereiro de 2020



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



Fundo de População
das Nações Unidas

Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise do que funciona

Robert Muggah e Ana Paula Pellegrino
Fevereiro de 2020



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



Fundo de População
das Nações Unidas

Expediente

REPRESENTANTE DO UNFPA NO BRASIL

Astrid Bant

REPRESENTANTE AUXILIAR

Junia Quiroga

REDAÇÃO E PESQUISA

Robert Muggah e Ana Paula Pellegrino

REVISÃO DE CONTEÚDO E ABORDAGEM

Anna Cunha

Raíla Alves

SUPERVISÃO EDITORIAL

Anna Cunha

Raíla Alves

Rachel Quintiliano

REVISÃO DE TEXTO

Fabiane Guimarães

DESIGN GRÁFICO

Diego Silva

IMAGENS

Freepik, Pexels e UNFPA

ISBN 978-85-98579-22-1

O conteúdo é de responsabilidade exclusiva dos autores e os posicionamentos das pessoas responsáveis pelo estudo não refletem a opinião institucional do UNFPA no Brasil



Índice

Introdução	8
1. Jovens envolvidos na violência não convencional	12
2. Perpetradores de violência	20
Milícia	23
Polícia Militar e Civil	25
3. Fatores de risco que tornam os jovens vítimas e perpetradores da violência	28
4. Respostas à violência juvenil	34
Respostas nacionais	35
Nível estadual	39
Liderados pelo município	41
Respostas da sociedade civil	43
Movimentos liderados por jovens	47
5. Recomendações	50
Referências	54





A agenda Juventude, Paz e Segurança (YPS, na sigla em inglês) das Nações Unidas examina como os conflitos armados e a violência afetam a vida de jovens em todo o mundo. Desenvolvida com base na Resolução 2250 da ONU, a agenda visa proteger os jovens em situações de conflito e pós-conflito, instando governos a promover uma maior participação da juventude na construção e manutenção da paz. Embora o Brasil não seja afetado por conflitos armados *per se*, o país registra altas taxas de violência letal. Os jovens são as principais vítimas de homicídios, e as experiências governamentais e de programas de redução da violência liderados pela sociedade civil podem contribuir para a agenda YPS de modo mais amplo.

Este relatório foi preparado como subsídio ao Estudo de Progresso sobre a YPS entregue à Assembleia Geral da ONU e ao Conselho de Segurança em 2018.¹ O autor principal foi indicado como conselheiro para o Estudo de Progresso pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2016 e liderou a pesquisa aqui apresentada entre 2017 e 2018. O relatório foi encomendado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo Gabinete de Apoio à Construção da Paz (PBSO) com o apoio da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA). Como tal, o conteúdo do relatório não representa necessariamente as opiniões das Nações Unidas.

1. Ver <https://www.youth4peace.info/ProgressStudy>

Introdução





O Brasil é o país mais homicida do mundo. Uma em cada dez pessoas mortas de maneira violenta a cada ano é brasileira. Mais de um milhão de pessoas morreram por causa de violência no Brasil desde 2000.² Em um ano, o Brasil registra mais mortes do que a soma de todos os ataques terroristas de 1997 a 2018 ao redor do mundo.³ Uma proporção significativa das vítimas de mais de 56.000 mortes no país em 2018 eram homens negros jovens, com baixo nível de escolaridade, entre 15 e 29 anos. Ao mesmo tempo em que as taxas de homicídios entre os jovens caíram nas décadas de 1990 e 2000, elas aumentaram mais de 17% na última década.⁴ Em 2018, a taxa nacional de homicídios foi de 30 por 100.000. Em comparação, a taxa de homicídios de jovens em 2017, o último ano para o qual os dados estão disponíveis, foi superior a 142 por 100.000. Para os jovens do sexo masculino, a taxa disparou para 280,6 por 100.000.⁵

Além disso, o Brasil enfrenta grandes desafios na área de justiça criminal. Por um lado, o custo de cometer um crime é baixo: menos de 5% de todos os homicídios resultam em uma condenação criminal.⁶ Além disso, o sistema penal está sobrecarregado e o sistema penitenciário, superlotado. Com mais de 726 mil pessoas presas, o Brasil também registra a terceira maior população carcerária do mundo.⁷ Cerca de 40% das pessoas presas ainda aguardam julgamento e as taxas de homicídios nas prisões são de pelo menos cinco vezes a média nacional.⁸ Para piorar, as taxas de homicídio e de encarceramento estão subindo. Nos últimos anos, grande parte dos brasileiros declararam temer o fato de que poderiam ser assassinados no próximo ano.⁹

O Brasil não vive um conflito armado convencional, mas uma crise sistêmica de segurança pública. Em alguns estados, cidades e bairros, formuladores de políticas, policiais e cidadãos estão recorrendo à retórica da guerra e militarizando sua resposta à violência.¹⁰ Embora o número absoluto de homicídios seja maior do que na maioria das guerras contemporâneas, a retórica bélica pode contribuir para uma escalada perigosa em respostas pesadas e repressivas, especialmente quando as forças armadas são mobilizadas.¹¹ De fato, o Brasil tem uma das polícias mais violentas do mundo¹² e seu uso excessivo de força é amplamente tolerado. Isso ocorre porque os brasileiros exibem ostensivamente

2. Muggah (2019) e Muggah e Aguirre (2018).

3. Instituto Igarapé (2015) e EarthTime (2018)

4. As taxas de homicídio parecem ter diminuído em 13% entre 2017-2018. Op Cit.

5. IPEA (2018)

6. ABRAJI e SDP (2016)

7. World Prison Brief.

8. Infopen (2017).

9. Muggah e Garzon (2017).

10. Extra (2017) e Motta (2017).

11. Mais recentemente, o ex-presidente Michel Temer declarou Intervenção Federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, anunciada em fevereiro de 2018, a primeira vez que um presidente invocou tal mecanismo.

12. HRW (2016) e Muggah (2016).





atitudes conservadoras em relação à segurança pública. Mais de 84% da população é a favor da redução da maioridade penal, atualmente estabelecida aos 18 anos, e do endurecimento de penas tanto para adultos quanto para os jovens.¹³

Os altos níveis de insegurança do Brasil não podem ser atribuídos a uma única causa, mas sim a uma combinação de fatores individuais, familiares, comunitários e ambientais. Muitos dos fatores determinantes subjacentes à violência organizada são estruturais. Não obstante ganhos importantes na redução da pobreza (que diminuíram e até foram revertidos nos últimos anos), o país sofre com uma das maiores taxas de desigualdade de renda do mundo. Desigualdades profundas são reforçadas pelo ambiente construído que, fisicamente e socialmente, separa “ricos” de “pobres”, diminuindo a confiança e a coesão social. A desvantagem concentrada e as famílias fragmentadas somam-se ao acesso limitado à educação de qualidade, a emprego e oportunidades: todos esses fatores contribuem.¹⁴

No entanto, há também esforços relevantes em andamento no país para prevenir e reduzir a violência em âmbito nacional, estadual e municipal.¹⁵ Novas legislações e políticas oferecem pontos de partida para o desenvolvimento de respostas eficazes. Ainda que o mais recente plano de segurança nacional, lançado no início de 2018 – que priorizava a redução de homicídios, a reforma prisional e o combate às organizações criminosas –, não tenha sido implementado,¹⁶ as medidas de prevenção da violência introduzidas na esfera estadual, municipal e até mesmo a nível de bairro nas duas últimas décadas se mostram promissoras. Os programas e projetos para juventude liderados pelos próprios jovens são cada vez mais abundantes, embora enfrentem desafios para escalar seus projetos e de financiamento.

A despeito dos imensos desafios, o Brasil apresenta um rico, apesar de pouco estudado, ecossistema de intervenções para a promoção da segurança de jovens e oferece algumas lições para o mundo, que analisaremos neste estudo. Começamos expondo o escopo e a escala da violência juvenil no Brasil, oferecendo uma análise das evidências estatísticas. A segunda seção considera o papel específico de cada principal perpetrador de violência. Na terceira seção, o

13. Datafolha (2018).

14. Muggah (2018).

15. Muggah, Chainey e Giannini (2019).

16. O atual governo brasileiro está explorando um novo plano de segurança e “pacote” de medidas legislativas em 2019, embora ainda não tenha sido aprovado pelo Congresso.



estudo examina os riscos subjacentes que dão origem à insegurança juvenil. A quarta seção analisa as medidas de governos nacionais, estaduais, municipais e da sociedade civil para prevenir e reduzir a violência. O relatório se encerra com recomendações para reduzir ainda mais a violência juvenil no país, bem como as principais lições retiradas dessas experiências.

Como em todos os estudos sobre “juventude,” é importante acrescentar uma palavra sobre definições. O conceito de juventude é elástico - a maioria das definições inclui populações entre as idades de 15 e 29 anos. Na verdade, o Estatuto da Juventude (2013) determina que os jovens se enquadram nesta faixa etária, a qual adotaremos como referência. De acordo com a lei brasileira, crianças são aquelas pessoas com menos de 12 anos e adolescentes estão entre as idades de 12 e 18 anos - sobrepondo-se à definição de jovem. É importante notar essa variação, pois diferentes estudos costumam usar essas categorias de forma intercambiável.

The background features a white outline of the map of Brazil. Overlaid on this map are several thick, expressive orange brushstrokes that sweep across the country from the top-left towards the bottom-right. On the left side of the map, a large, bold, black-outlined number '1' is positioned vertically, partially overlapping the orange strokes.

Jovens envolvidos na violência não convencional



Em 2017, o Brasil registrou mais de 58.000 homicídios - mais do que qualquer outro país no mundo. Isso equivale a uma taxa de homicídios quatro vezes acima da média global. O Brasil registra a segunda maior carga mundial de violência homicida no mundo entre jovens. Em 2016, por exemplo, 30.565 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados,¹⁷ tornando esta a causa número um de morte para homens entre 15 e 19 anos.¹⁸

O problema de mortes violentas no Brasil tem se agravado na última década, com vítimas cada vez mais jovens. Desde os anos 1980, a idade média das vítimas de homicídios caiu de 25 para 21.¹⁹ Entre 2000-2010, a taxa de homicídios entre os jovens aumentou em 2,5%. Já entre 2005 e 2015, o ritmo se acelerou e homicídios de jovens aumentaram mais de 17%.²⁰ Para adolescentes, especificamente, o aumento no período foi de 110%.²¹ Embora as taxas nacionais de homicídios tenham caído entre 2017 e 2018, as projeções mais recentes são de que a taxa de homicídios continuará subindo no longo prazo, a menos que haja uma mudança de direção.²²

Há fortes dinâmicas raciais na violência e na vitimização envolvendo jovens no Brasil,²³ outra expressão da extrema desigualdade do país, que também afeta o acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, entre outros.²⁴ No que diz respeito à pouca informação disponível sobre perpetradores de homicídios no país, estudos apontam que as vítimas e os seus agressores no Brasil têm frequentemente o mesmo perfil sociodemográfico.²⁵

De fato, a literatura de prevenção analisa os mesmos fatores de risco e proteção para ambos os lados da moeda. Eles têm entre 15 e 29 anos, sendo geralmente homens, de baixa renda e negros. Os jovens entre 15 e 29 anos representam apenas 25% da população total do país, mas quase 50% do total de homicídios entre 2005-2015 tiveram esse perfil como vítima.²⁶ Negros são 2,5 vezes mais propensos a serem vítimas de um assassinato do que os não-negros. Entre 2006 e 2016, houve um aumento de 23,1% na taxa de homicídios entre os negros, enquanto entre os não-negros houve uma queda de 6,8%. Os jovens negros são também as principais vítimas da violência policial no país.²⁷

17. Isso representa um aumento de 7,4% em relação a 2015.

18. IPEA (2018) p. 3.

19. Cerqueira et al. (2017).

20. Cerqueira et al. (2017: 26) e Waiselfisz (2016a, 2016b).

21. UNICEF (2015).

22. Muggah (2019), Vilalta (2015), Eisner (2015).

23. Ver entrevista com Anhamona de Brito em <http://www.paraiba.com.br/2018/06/07/66965-racismo-determina-quem-vai-viver-ou-morrer-na-nossa-sociedade-diz-pesquisadora>

24. Essas dinâmicas raciais de violência têm sido amplamente exploradas no SNJ (2017), entre outros estudos.

25. Melo e Garcia (2017)

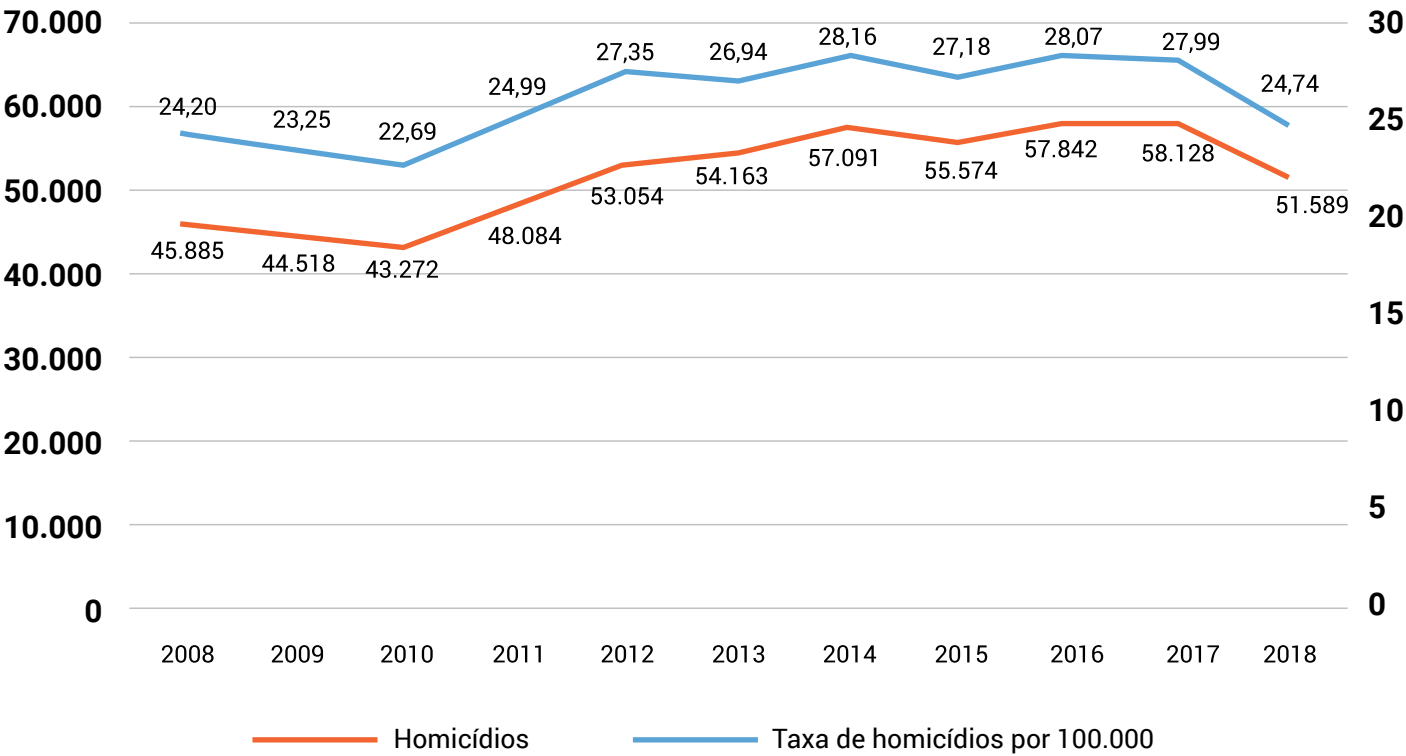
26. Cerqueira et al. (2017).

27. FBSP (2017) p. 25





Figura 1. Total de Homicídios e Taxa de Homicídios no Brasil: 2005-2015*



Fonte: Atlas da Violência, 2017, p.7



O homicídio é a principal causa de morte de jovens, com uma taxa de 65,5 homicídios por 100.000. Aproximadamente 92% de todos os homicídios de jovens vitimam membros do sexo masculino, e as taxas de homicídio para esses mesmos jovens alcançaram 122,6 por 100.000 em 2016. Em estados como Alagoas e Sergipe, as taxas de homicídio de homens jovens ultrapassaram 240 e 280 por 100.000, respectivamente. ²⁸

Enquanto os homens são as principais vítimas da violência no Brasil, as mulheres têm padrões específicos de vitimização, que também seguem a divisão racial e geográfica. Em 2016, 4.645 mulheres foram vítimas de homicídio no Brasil - uma taxa de 4,5 por 100.000 mulheres. ²⁹ No entanto, em Roraima, essa taxa chegou a 10 por 100.000 mulheres, enquanto as taxas de feminicídio aumentaram 130% de 2015 a 2016 no Rio Grande do Norte e no Maranhão. Existe uma relação estreita entre feminicídios e outros tipos de violência de gênero, sendo que, em muitos casos, a vitimização poderia ter sido evitada com intervenções em estágios iniciais de processos de violência. ³⁰

A violência letal e a não letal estão concentradas geograficamente. ³¹ De maneira geral, houve um declínio dramático na violência no sul e no sudeste. Enquanto isso, os níveis de violência letal aumentaram dramaticamente no norte e no nordeste do país. O homicídio de jovens, portanto, varia intensamente entre estados, municípios e bairros. Por exemplo, em São Paulo, os índices de homicídio juvenil caíram quase 50% entre 2005 e 2015, enquanto no Rio Grande do Norte aumentaram 292%. ³² Dos 100 municípios que registraram taxas de homicídio acima da média nacional, 12 apresentaram taxas de homicídio de mais de 200 por 100.000 habitantes entre os jovens. Dois municípios do estado da Bahia, Mata de São João Simões e Simões Filho, registraram taxas de 371,5 e 308,9 por 100.000 entre os jovens. ³³

As áreas rurais do Brasil enfrentam outro conjunto de desafios à segurança. A violência ligada ao conflito de terras é um problema significativo, especialmente nos estados do norte e do centro-oeste, na região da Amazônia, onde os agricultores, grupos indígenas e interesses de pecuaristas e madeireiros frequente-

^{28.} Vide IPEA (2018).

^{29.} Aumento de 6,4% em relação a 2015.

^{30.} Ibid, p. 44-48.

^{31.} Vide Muggah et al. (2017).

^{32.} Ibid.

^{33.} Ibid.

mente se chocam com os direitos à terra. ³⁴ Cerca de 1.200 assassinatos foram ligados a esses tipos de conflitos nos últimos 20 anos. ³⁵ A violência associada ao desenvolvimento de barragem hidroelétrica, bem como de mineração e ao desenvolvimento agroindustrial também é comum. Há também preocupações relacionadas à violência sexual e à exploração de crianças em algumas dessas áreas rurais. A violência em zonas do interior do Brasil vem aumentando de maneira geral. ³⁶

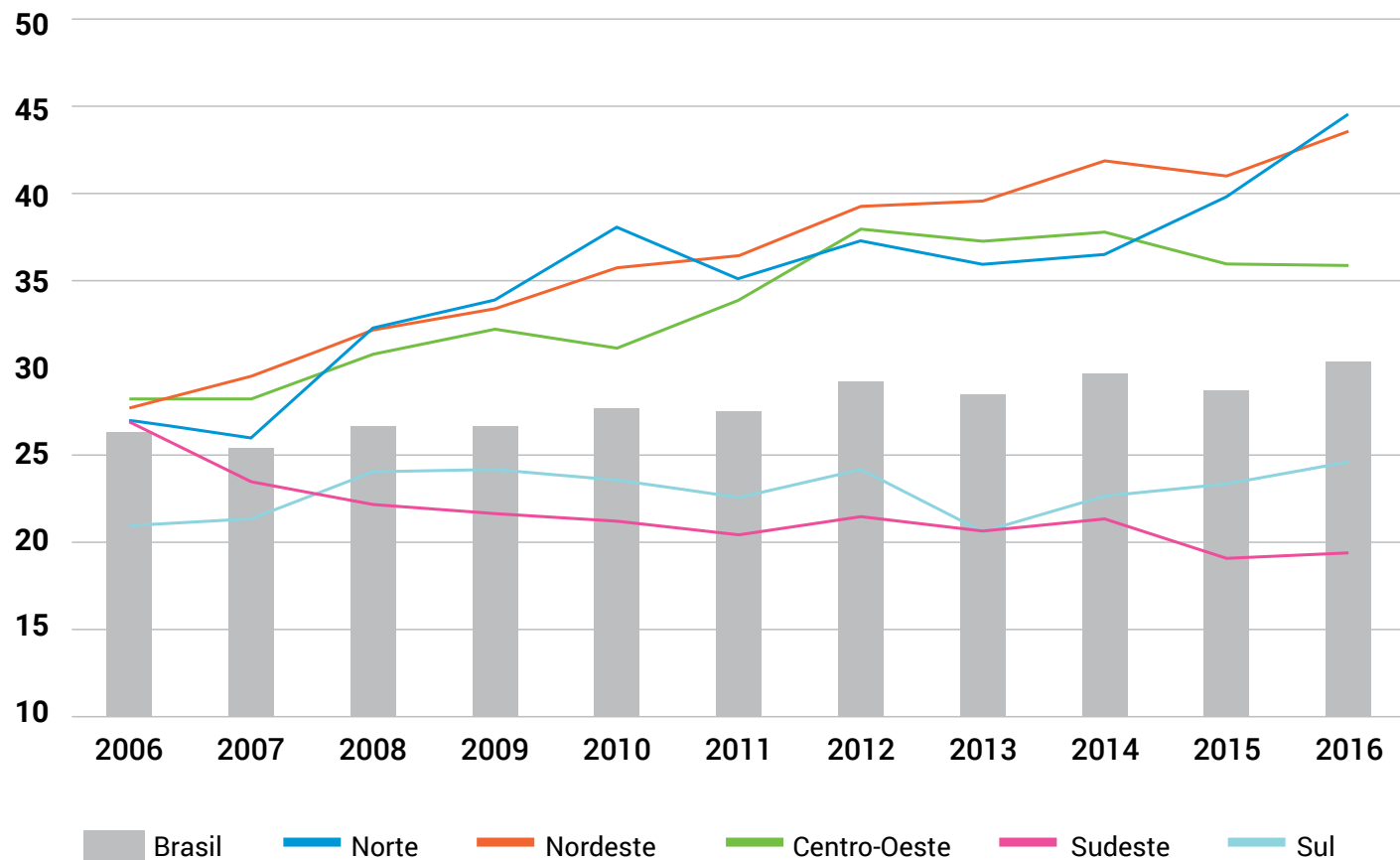
^{34.} Vide Arsenault (2016).

^{35.} Vide CIMI (2014).

^{36.} Ingram e da Costa (2016).



Figura 2. Taxa de homicídios por região brasileira: 2006-2016



Fonte: Atlas da Violência, 2018 p. 22.

A violência homicida é altamente heterogênea entre os estados brasileiros e no seu interior. Na região sudeste, 33% dos residentes conhecem um amigo ou parente que foi vítima de homicídio ou roubo seguido de morte (*latrocínio*).

³⁷ Outros 18% relataram ter um amigo ou parente "desaparecido". Outros 12% afirmam ter sido ameaçados de morte e 14% de todos os entrevistados relatam que têm um amigo ou parente que foi morto por um policial ou guarda municipal. Entre 4-8% da população afirmam ter sido feridos por arma branca ou arma de fogo. ³⁸ Estas taxas são extremamente altas, embora sejam ainda maiores no norte e nordeste do país.

Embora não seja amplamente discutida, a violência auto infligida também é um desafio no Brasil. Cerca de duas crianças e adolescentes entre 9 e 18 anos cometem suicídio todos os dias no país. Há também sinais de agravamento dos níveis de tais incidentes. As taxas de suicídio aumentaram entre 2003 e 2013. Em 2003, a taxa de suicídio para crianças e jovens de 9-19 anos foi de 1,9 por 100.000. Em 2013, a taxa havia subido para 2,1. ³⁹ Literatura crescente sobre o assunto aponta para uma variedade de fatores para explicar esse aumento, desde a exposição a ambientes de alta tensão até os impactos de intimidação do tipo '*cyberbullying*'. ⁴⁰

Crianças e adolescentes no Brasil são vítimas de diversas formas de violência. Embora difíceis de medir, existem desafios associados à exploração sexual, abuso doméstico e maus-tratos.

Os impactos da violência juvenil vão além das lesões físicas. Estudos no Brasil mostraram como isso pode gerar medo e ansiedade, prejudicar o desempenho nas escolas e contribuir para uma cultura de permissividade e impunidade. ⁴¹ Além disso, o "cybercrime" – inclusive com relação ao tráfico sexual, pedofilia e pornografia infantil - também é prática generalizada. O Brasil é classificado em segundo lugar no mundo todo quando se trata de 'malware' e roubo de identidade. ⁴² Embora não sejam tão ativos quanto os cartéis cibernéticos e as gangues digitais no México, grupos locais de tráfico de drogas, milícias e até mesmo policiais são ávidos pelo Facebook e, em menor extensão, usuários do

³⁷. FBSP, 2017.

³⁸. Ibid.

³⁹. Ver reportagem completa da Folha em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/suicidio-de-adolescentes-avanca-e-casos-recentes-mobilizam-escolas-de-sp.shtml>

⁴⁰. Para obter uma visão geral, consulte <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/bullying-suicide-translation-final-a.pdf>

⁴¹. INEP (2011), Bauman (2009), Reichenheim et al. (2014), Kowarick (2009), Waiselfisz (2013), Souza (2012 e Paviani (2007).

⁴². Muggah e Thompson (2016).



Twitter. Eles usam as mídias sociais para intimidar rivais, exibir seu butim e vender seus produtos. ⁴³

Os custos da violência juvenil têm sido examinados por vários estudiosos. ⁴⁴ Usando uma combinação de modelos, inclusive avaliação de contingência, Cerqueira (2013) estimou que o assassinato de jovens entre 15 e 29 anos custou o equivalente a R\$ 79 bilhões (US\$ 40 bilhões) em 2010. Isso representou cerca de 1,5% do PIB na época e até 6% do PIB dos estados mais afetados, como Alagoas, onde os homicídios entre jovens de 15 a 29 anos atingiram 456 por 100.000 em 2010. A maioria das vítimas compartilha perfil sociodemográfico, além de serem jovens -- elas também têm entre 4-7 anos de escolaridade e são mortas por arma de fogo, em situação de confronto. Um estudo recente demonstra que cada jovem morto representa uma perda de produtividade de US\$ 137.000 para a sociedade. A perda total por homicídios entre 1996 e 2015 é superior a US\$ 112,5 bilhões, ou cerca de 4,5% do PIB nacional. ⁴⁵

^{43.} Enquanto isso, a polícia federal e estadual do Brasil está recorrendo às mídias sociais para rastrear e prender criminosos. O Programa Procurados, uma linha policial direta, usa o WhatsApp e outras plataformas interativas para solicitar dicas dos cidadãos. Da mesma forma, a Unidade de Repressão ao Crime Cibernético da Polícia Civil está mapeando as mídias sociais para instaurar processos contra traficantes de drogas. Vide Muggah (2015).

^{44.} Rosen (1988), Murphy e Topel (2003), Soares (2006).

^{45.} SAE (2018), p.9.

A stylized map of Brazil is shown in the background, outlined in black. Overlaid on the map are several thick, diagonal orange brushstrokes that create a sense of movement and intensity. A large, bold, black-outlined number '2' is positioned on the left side of the map, partially overlapping the orange strokes.

2

Perpetradores de violência

FACÇÕES DE TRÁFICO DE DROGAS

O Brasil enfrenta várias e significativas ameaças à segurança pública. Grupos organizados – tanto as gangues de tráfico de drogas quanto as chamadas milícias – estão bem estabelecidos na maioria das grandes cidades. Gerar um perfil preciso desses grupos e das dinâmicas entre eles é um desafio, considerando-se as poucas informações sobre o fenômeno. Existe até uma proibição tácita de se nomear facções específicas em veículos de imprensa. Este é um desafio comum em toda a América Latina, onde as autoridades públicas se opõem a dar legitimidade ou “reconhecimento diplomático” às gangues. Essa proibição informal foi brevemente suspensa nos primeiros meses de 2017. Diante do aumento massivo da violência nas prisões do país, as principais agências passaram a nomear facções e gangues em suas reportagens. Desde então, entretanto, os veículos de comunicação voltaram às antigas práticas.

Entre esses grupos, os dois maiores são o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Existem pelo menos 23 outras facções no país, praticamente todas alinhadas com uma das duas principais, as únicas com presença nacional expressiva.⁴⁶ O tráfico de drogas é a principal atividade ilícita pela qual as duas facções são reconhecidas, ainda que exerçam outras atividades.

O Brasil adotou uma postura repressiva às drogas, apoiada por políticos, militares e alguns policiais. Como resultado, a violência entre polícias e facções e entre os próprios grupos é endêmica em muitas das principais cidades brasileiras. Há um crescente interesse por compreender a dinâmica entre e intra facções depois que uma trégua de décadas entre o PCC e o CV desmoronou em 2016, resultando em um aumento acentuado na concorrência violenta entre os dois grupos e seus filiados em 2017.⁴⁷

O PCC e o CV se organizam de modos muito diferentes. O primeiro, formado em 1993, está em ascensão e opera por meio de códigos robustos de conduta, uma estrutura vertical de comando e controle e um sistema de bem-estar dentro e fora das prisões. O CV, em contraste, foi formado em 1979, é mais descentralizado e atua por meio de facções locais que se associam livremente

⁴⁶. Manso e Dias (2018).

⁴⁷. Muggah (2019).

ou em parceria com grupos criminosos maiores fora do Rio de Janeiro, como a Família do Norte. O CV opera em uma lógica muito territorial, a partir da sua base na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde compete com outras facções – o Terceiro Comando Puro (TCP), Amigo dos Amigos (ADA) e diferentes grupos de milícia – por território, rotas de drogas e pontos de varejo.

Ambas as facções estão envolvidas no tráfico transnacional de drogas, tráfico de armas, roubos, extorsão e sequestro. O CV está presente em todo o país, assim como na Bolívia, Colômbia e Paraguai. Em determinado momento, chegou a controlar 53% das áreas mais violentas do Rio de Janeiro, de acordo com estimativas da polícia civil, embora a influência do grupo tenha sido drasticamente reduzida na cidade devido a uma campanha de pacificação que se concentrou na capital (2009- 2017) e, mais tarde, uma intervenção militar federal (2018-2019) no estado. Com orçamentos de segurança pública drasticamente reduzidos – 32% em 2016 –, esse quadro pode ser revertido. O PCC está presente em 22 dos 26 estados do Brasil (e no Distrito Federal) e supostamente está operando em seis países vizinhos, com conexões com cartéis colombiano e mexicano. ⁴⁸

Há uma ligação de longa data entre as facções e o sistema prisional no país. A política penal brasileira, que levou a um aumento expressivo da população carcerária ao longo dos últimos 20 anos, ajudou a criar as condições para a faccionalização das prisões. ⁴⁹ Durante anos, as prisões serviram de base de recrutamento para nova mão de obra e sede de complexos esquemas de tráfico de drogas e extorsão. Enquanto em algumas prisões os blocos de celas são divididos por facção pela própria administração penitenciária, em outras, as gangues exercem controle direto - às vezes, de uma unidade inteira - e atacam membros de gangues rivais, caso sua afiliação chegue ao conhecimento de lideranças. Eles também "batizam" recém-chegados e oferecem uma rede de proteção e assistência para a família do prisioneiro, cobrindo a falta de serviços sociais por parte do estado, em troca de lealdade e, em última instância, contribuição para o grupo mediante liberdade. ⁵⁰

⁴⁸. Manso e Dias (2018).

⁴⁹. Muggah e Szabó (2017).

⁵⁰. Manso e Dias (2018).



O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo. A taxa de população prisional do país triplicou na última década, de 133 por 100.000 habitantes, em 2000, para 313 em 2016.⁵¹ Não é de surpreender que os sistema prisional esteja operando a uma ocupação oficial de 197,4% e que os presídios estejam em condições de infraestrutura precárias.⁵² Dadas as tendências atuais de encarceramento, em 2021, a população carcerária do Brasil poderia exceder um milhão.⁵³

A violência cresceu dramaticamente dentro e fora das prisões em todo o Brasil desde 2017. Houve pelo menos três massacres nos primeiros dois meses de 2017, resultando em mais de 130 mortos.⁵⁴ Eles ocorreram no Amazonas, onde 56 pessoas foram mortas, todos do PCC em uma prisão com gestão privada em Manaus, em Roraima, onde houve 33 vítimas, principalmente da Família do Norte, associada ao CV, e novamente em Manaus, alguns dias depois, com quatro mortos, ocasião na qual as afiliações das vítimas não eram claras. Essa onda de violência nas prisões estava ligada a uma disputa pela rota internacional do tráfico de drogas no norte. Por mais chocantes que tenham sido os distúrbios de 2017, esses assassinatos em massa não são inéditos.⁵⁵

MILÍCIA

Outros grupos menos conhecidos envolvidos em perpetrar violência e extorsão são as milícias. Grupos paramilitares existem no Brasil desde pelo menos a década de 1970, embora a mais recente onda de milícias, endêmica da capital e da região metropolitana do Rio de Janeiro, tenha se expandido em poder e influência no início dos anos 2000. Esses grupos originalmente surgiram em favelas como “patrulhas de segurança” informais, para proteger os moradores de facções como o CV. Como agora, eles eram formados por uma combinação de policiais, bombeiros e agentes penitenciários da ativa e aposentados, que ofereciam serviços de segurança em troca de pagamento. Eles eram discretamente tolerados pelas forças policiais e por políticos, e o risco potencial que representavam para a segurança pública era geralmente negligenciado por autoridades públicas e especialistas.

51. <http://www.prisonstudies.org/country/brazil>.

52. DEPEN (2017).

53. https://justica.gov.br/news/copy_of_collective-nitf-content-26/apresentacao-diagnostico-msp.pdf

54. Muggah e Szabó (2017).

55. O episódio mais letal de violência carcerária no Brasil ocorreu em 1992, quando 111 presos foram mortos durante um motim no presídio Carandiru, em São Paulo.



Milícias há muito adotaram uma série de estratégias para “proteger” as comunidades nos principais estados e regiões metropolitanas. Elas normalmente cobram uma ampla variedade de aluguéis nas comunidades em que atuam. Ao contrário das facções de traficantes de drogas, que estabelecem controle territorial para proteger sua atividade ilícita, milícias extraem pagamentos de residentes da comunidade em troca de proteção, mas também ilegalmente pirateiam e tributam serviços públicos e privados, como gás, TV a cabo, acesso à energia e transporte informal. Ambos os tipos de grupo assediam bairros de baixa renda e têm interesses em proteger seu território, bem como intimidar e atacar os concorrentes quando necessário.

Inicialmente, as milícias tinham simpatia pública. No início, elas eram consideradas pelos cidadãos e pelas autoridades como “melhores do que os traficantes”, constituindo não tanto um fracasso das políticas existentes do que formas quase legítimas de “autodefesa da comunidade”. Essa opinião era frequentemente replicada por autoridades eleitas.

A opinião pública voltou-se abruptamente contra a milícia depois de um episódio de violência. Em 2008, três jornalistas cariocas designados para cobrir as atividades de uma milícia e sua interação com os moradores no Batan, uma favela situada de uma das principais vias expressas do Rio, foram sequestrados e torturados. Antes de serem libertados, os três foram brutalmente atacados, tiveram seu equipamento destruído e receberam ameaças de morte, caso continuassem publicando sobre atividades relacionadas às milícias. Quando o caso foi veiculado no noticiário nacional, políticos locais rapidamente se distanciaram de membros de milícias, que antes se misturavam com os secretários de gabinete e a elite empresarial local.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ou CPI, revelou a extensão de suas atividades criminosas em 2008. Num movimento sem precedentes, cerca de 220 membros de milícias, políticos associados e empresários foram denunciados no relatório final da CPI, que também trazia recomendações para desmante-

lar o poder das milícias nas comunidades.⁵⁶ No entanto, como tantas vezes acontece no Brasil, poucas das recomendações da CPI foram implantadas. Concentrou-se quase exclusivamente na prisão e no julgamento de lideranças das dezenas de grupos ilegais do Rio de Janeiro e na realização de operações policiais repressivas, não na prevenção da expansão desses grupos. Segundo o secretário estadual de segurança pública, pelo menos 1.387 pessoas ligadas à milícia foram presas desde 2006.⁵⁷

POLÍCIA MILITAR E CIVIL

Mortes extrajudiciais, tortura e desaparecimentos têm um efeito corrosivo na segurança pública.⁵⁸ Mais de 6.160 pessoas foram mortas em ações policiais em 2018 no país - um aumento de 18% em relação ao ano anterior. Colocando em perspectiva, isso é mais de seis vezes o número de pessoas mortas pela polícia nos EUA, um país com uma população 55% maior que o Brasil.⁵⁹ Uma análise recente de 5.896 mortes cometidas por policiais entre 2015 e 2016 constatou que 65,2% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos e 76% eram negras⁶⁰ - especialistas apontam para um perfil/filtro racial em como a polícia seleciona suspeitos para abordagem como uma explicação para tais números.⁶¹ As mortes de cidadãos pela polícia foram especialmente altas no Pará (2,2 por 100.000), embora mais baixos em Minas Gerais (0,5 por 100.000).⁶²

Relatórios da Sociedade Civil destacaram abuso policial no Brasil e uso excessivo da força, especialmente os chamados “autos de resistência”.⁶³ De acordo com um relatório de 2009 da Human Rights Watch, em 2008 a polícia do Rio de Janeiro matou uma pessoa para cada 23 prisões, em comparação com os Estados Unidos, onde uma pessoa é morta a cada 37.000 detenções.⁶⁴ Especialistas também encontraram uma conexão entre brutalidade policial e corrupção.⁶⁵ Além das milícias ilegais que operam em comunidades de baixa renda em todo o Brasil, elementos corruptos da polícia civil e militar são rotineiramente acusados de trabalhar com narcotraficantes locais e administrar redes de tráfico de armas.⁶⁶

57. Avançando rapidamente para o presente, e a milícia está novamente nas manchetes. Desta vez, eles são os principais suspeitos do assassinato de Marielle Franco, uma vereadora em primeiro mandato do Rio de Janeiro e seu motorista, Anderson Gomes. Marielle era uma ativista negra e ex-assessora do então deputado estadual - Marcelo Freixo, agora deputado federal pelo PSOL - que liderou a CPI das milícias uma década antes. As milícias são atualmente a principal linha de investigação. Ver <https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/13/policia-cumpre-mandados-se-prisao-e-busca-do-caso-marielle.ghhtml>

58. HRW (2017).

59. Muggah (2019).

60. Isso correspondeu a 78% do total de mortes cometidas por policiais no período. Vide FBSP (2017), p. 25

61. Barros, 2008.

62. O uso excessivo da força pelas polícias militar e civil do Rio de Janeiro não é um novo desafio; de acordo com o Instituto de Segurança Pública, um órgão do Departamento de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em 2003, a polícia do Rio de Janeiro matou 1.195 civis (classificados como auto de resistência, na época), na maioria jovens negros. Em 2007, 1.330 cidadãos teriam morrido no curso da ação policial.

63. <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/aug/03/rio-police-violent-killing-olympics-torture>.

64. HRW (2009).

65. A baixa legitimidade concedida à polícia estadual pode explicar em parte o aumento da segurança privada. De acordo com o Índice de Confiança do Sistema de Justiça do Brasil (ICJBrasil) divulgado pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, em 2014, 31% dos entrevistados disseram que a polícia é confiável.

66. <https://opendemocracy.net/ana-paula-pellegrino-dandara-tinoco-renata-giannini-robert-muggah/rio-de-janeiros-militia-on-rise-ag> e também <https://oglobo.globo.com/rio/pm-vendia-drogas-em-boca-de-fumo-de-sao-goncalo-diz-inquerito-21542688>

Há também um alto nível de “informalidade” na maneira como a polícia conduz seus negócios, e muitas vezes eles têm múltiplos fluxos de renda para complementar seus baixos salários.⁶⁷ Policiais são rotineiramente suspeitos de receber subornos e de chantagear e extorquir - de fato, a polícia civil do Rio de Janeiro tem não menos do que 26 categorias separadas que classificam como “corrupção”.⁶⁸ Há um envolvimento relativamente alto em outras formas de crime organizado, inclusive as chamadas quadrilhas de jogo do bicho, círculos de prostituição e tráfico de drogas.⁶⁹ Frequentemente, há prisões de policiais militares e civis envolvidos em aspectos do contrabando de drogas e armas.⁷⁰

Estudos identificam um medo generalizado da polícia - em especial a polícia militar e civil estaduais, mas também em menor medida a polícia rodoviária federal - no Brasil. Há uma sensação de que não sejam confiáveis e de que estejam alinhadas com grupos paramilitares - ou “milícias”. A polícia é vista como “corrupta” em pesquisas públicas. Eles são citados como implicados em milhares de assassinatos e desaparecimentos em âmbito nacional a cada ano.⁷¹

Além disso, cabe frisar que, frequentemente, os próprios policiais, tanto os de plantão como os de folga, são vítimas de violência.⁷² Cerca de 374 policiais foram mortos apenas em 2017, um terço dos quais morreu em serviço.⁷³ De fato, pesquisas conduzidas sobre a exposição da polícia à violência revelam que quase 62% de todos os profissionais da polícia militar e civil têm um colega que foi assassinado no cumprimento do seu dever. Pelo menos 70% conhecem um colega que foi morto fora de serviço.⁷⁴

67. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/23/Os-%E2%80%98bicos-oficiais%E2%80%99-dos-policiais-quais-s%C3%A3o-os-argumentos-a-favor-e-os-contr%C3%A1rios>

68. Nascimento (2017).

69. Misse (1997).

70. <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/escutas-mostram-que-pms-do-rj-faziam-venda-de-armas-parcelada-a-trafficantes.ghml>

71. Muggah (2016).

72. Muggah (2015).

73. Cerca de metade de todos os policiais mortos morreram no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Vide <http://www.telesurvtv.net/english/news/More-Killed-in-Brazil-Than-Syria-Police-Killing-Rising-Report-20161029-0004.html>.

74. <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Vitimizacao-e-risco-2015-com-regionais.pdf> para os resultados completos da pesquisa.



3

Fatores de risco que tornam os jovens vítimas e perpetradores da violência



Existem vários fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade à violência entre os jovens. Esses fatores são geralmente examinados na escala individual, familiar e comunitária. Cada um desses contextos está conectado, mas eles fornecem um meio de organizar o pensamento e a ação. Por exemplo, no âmbito individual, a exposição crônica à violência pode influenciar a probabilidade futura de perpetração e vitimização. Nos núcleos familiares chefiados por uma única pessoa, o risco de exposição dos jovens à violência também aumenta.⁷⁵ Nos bairros e comunidades afetados pela violência organizada, o risco geral de exposição também é mais alto.

No Brasil - e em toda a América Latina - a violência é altamente concentrada em áreas urbanas periféricas que experimentam altos níveis de vulnerabilidade social e econômica.⁷⁶ Essas áreas e a população jovem que nelas habitam têm um histórico consistente de negligência pelos formuladores de políticas públicas. De fato, foi só em 2013, que o plano nacional especializado - *Plano Juventude Viva* - com ênfase na proteção de jovens negros surgiu.

Como parte desse plano, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública trabalhou com o governo nacional para desenvolver um índice de insegurança da juventude, a fim de entender melhor as dimensões socioeconômicas e espaciais da violência no país.⁷⁷ O índice de insegurança da juventude adotou um modelo ecológico com foco em indivíduos, famílias e comunidades. No âmbito individual, o Fórum examinou indicadores relacionados ao nível de escolaridade e frequência escolar, desemprego e a natureza dos contratos de trabalho, e à exposição a drogas, incluindo o consumo de substâncias ilícitas.

No âmbito doméstico, a organização examinou o papel dos jovens como provedores de renda. Finalmente, no âmbito da sociedade, o Fórum examinou os níveis municipais de renda, desigualdade, educação, saúde e acesso a atividades de lazer.

O índice de insegurança da juventude destacou uma série de riscos para determinados grupos em determinadas partes do país.⁷⁸ Sem surpresa alguma,

75. Muggah e Vilalta (2012).

76. Muggah e Aguirre (2018).

77. http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Indice_vulnerabilidade_juvenil_violencia_2014.pdf.

78. <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>.





detectou níveis mais altos de vulnerabilidade entre os jovens negros de baixa renda. Encontrou vulnerabilidades comuns em todos os 26 estados brasileiros e na capital federal. A exposição à violência era especialmente acentuada em áreas sem serviços públicos e com desigualdade concentrada, em áreas onde grupos do crime organizado estavam presentes e onde havia pronta disponibilidade de armas de fogo.

Os extremos do espectro de risco enfrentados pelos jovens negros nas diferentes regiões do Brasil merecem destaque. As áreas que apresentaram os maiores riscos para a juventude negra foram Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Ceará - todos os estados do nordeste. Na Paraíba, o risco de um jovem negro morrer era 13,4 vezes maior que o de um jovem branco. Em Pernambuco, Alagoas e Ceará, era de 11,5, 8,7 e 4 vezes, respectivamente. Enquanto isso, as áreas que apresentam os mais baixos níveis de risco eram em sua maior parte no sul e sudeste, incluindo São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e o Distrito Federal.

O ambiente político, econômico e social mais amplo de uma comunidade invariavelmente influencia a exposição de jovens à violência. Configurações marcadas por extrema desigualdade social, desvantagem concentrada e serviços desiguais - especialmente educação - podem exacerbar os determinantes da violência. A exposição de jovens a esses fatores estruturais de risco na escala do bairro influencia seu provável envolvimento e exposição a comportamentos violentos.

A segregação espacial e socioeconômica nas cidades pode exacerbar a violência juvenil. Quando os governos são incapazes ou não estão dispostos a desenvolver políticas públicas para residentes mais pobres, isso pode contribuir para sentimentos de exclusão. Quando comunidades inteiras são isoladas em guetos e cercadas, isso também alimenta a marginalização social e as queixas sistêmicas, minando a eficácia e a coesão sociais. Alguns estudiosos acreditam que essas condições causam desorganização social e, potencialmente, crime e até mesmo “conflitos cívicos” - a expressão violenta das queixas políticas, econômicas e sociais contra o Estado.⁷⁹

79. <https://www.opendemocracy.net/opensecurity/thomas-goodfellow-dennis-rogers-jo-beall/from-civil-to-civic-conflict-violence-and-cit>



Os processos de urbanização são distribuídos de forma desigual. A quantidade e a qualidade dos serviços – desde a segurança pública até saúde e educação – podem variar entre os municípios. Os jovens que vivem em bairros com desvantagem concentrada são mais propensos a não ter acesso a serviços básicos. Juntamente com a pobreza e as pressões para obter os meios de subsistência das famílias, a probabilidade de abandonar a escola aumenta. Viver em áreas mais pobres não está apenas relacionado com uma menor frequência na escola primária, mas também prevê o baixo nível de matrícula no ensino médio.⁸⁰

Enquanto isso, a falta de acesso à educação e de oportunidades educacionais está estatisticamente relacionada com a insegurança. Especificamente, as taxas de defasagem entre faixa etária na escola e de abandono parecem ter um forte efeito estatístico sobre a vulnerabilidade à violência letal. Quando os jovens não concluem o ensino fundamental e médio, sua vulnerabilidade à violência aumenta. Esses problemas são especialmente acentuados para os jovens nas prisões. Por exemplo, pelo menos 49% dos presos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro não tinham concluído o ensino fundamental nem estavam matriculados durante o período de prisão.⁸¹ E 50% de todos os jovens com menos de 18 anos com antecedentes criminais e matriculados em reabilitação de “serviço social e educacional” não estavam matriculados na escola.⁸² Esses números indicam a necessidade de se investir em esforços de prevenção secundária e terciária para reduzir a violência.

^{80.} Ver Lewis, 2010.

^{81.} <https://public.tableau.com/profile/ana.paula.pellegrino#!/vizhome/SistemaPenitenciarioFluminense-InstitutoIgarap/AnliseSistemaPenitenciarioFluminense>

^{82.} CNJ, 2012:15.



Figura 3. Anos de estudo de vítimas de homicídio entre 15 e 19 anos em 2013

1.

	Vítimas de homicídio			População nesta faixa etária		Total
	Número	%	Taxa	Número	%	
0-3	1.726	22,4	262,7	657.048	3,8	4.473
4-7	4.473	58	107,7	4.152.428	23,9	1.775
8-11	1.475	19,1	12,3	12.008.608	69	114
12 ou mais	34	0,4	5,7	591.876	3,4	
Total	7.708	100	44,3	17.409.960	100	

Fonte: Mapa da Violência, 2015

Figura 4. Anos de estudo de vítimas de homicídio com idades entre 20 e 29 anos em 2013

	Vítimas de homicídio			População nesta faixa etária		Total
	Número	%	Taxa	Número	%	
0-3	3.713	22,4	264	1.406.481	4,5	6.516
4-7	8.234	49,6	198	4.158.042	13,3	4.863
8-11	4.339	26,2	23,9	18.137.213	57,9	500
12 ou mais	305	1,8	4	7.43.609	24,4	
Total	16.591	100	52,9	31.345.345	100	

Fonte: Mapa da Violência, 2015



Há um debate em andamento sobre as relações específicas entre educação e violência. Smith e Vaux determinaram que a ausência de educação pode agravar a violência coletiva, assim como a própria educação pode ser parte da solução.⁸³ No Brasil, a maioria das pesquisas sobre as relações entre educação e violência tem como foco um dos dois relacionamentos: (i) o modo como o desempenho educacional sofre devido à exposição à violência e (ii) como a violência é reproduzida em ambientes de classe. Abramovay mapeou uma literatura comparativamente limitada sobre o assunto.⁸⁴ Outros estudos também exploram cenários contrafactuais, que estimam as taxas de homicídio se todas as crianças de 15 anos estivessem na escola, resultando em uma queda de 42,3% no número de homicídios no país.⁸⁵

No Brasil, a relação entre violência e qualidade relativa e acesso à educação é comparativamente robusta. Monteiro e Rocha demonstram como a violência entre facções do Rio influenciou negativamente o desempenho de alunos que frequentavam escolas nas áreas afetadas entre 2003 e 2009.⁸⁶ Especificamente, contribuiu para o aumento das taxas de absenteísmo de professores e alunos e para o fechamento temporário e permanente das escolas. Enquanto isso, outros estudiosos avançaram na criação de estruturas de indicadores multidimensionais de educação para monitorar a implementação de políticas de redução de homicídios.⁸⁷

⁸³. 2003.

⁸⁴. 2000. Ver também Gonçalves e Sposito (2002), que mostram de que maneira os governos de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte buscaram prevenir/reduzir a violência nas escolas.

⁸⁵. Cerqueira e Coelho (2015).

⁸⁶. Monteiro e Rocha (2013).

⁸⁷. Cerqueira et al. 2016

The background features a white outline of the map of Brazil. Overlaid on this map are several thick, expressive orange brushstrokes that sweep across the country from the top-left towards the bottom-right. A large, bold, black-outlined number '4' is positioned on the left side of the page, partially overlapping the orange strokes and the map outline.

4

Respostas à violência juvenil

RESPOSTAS NACIONAIS

O Brasil elaborou um vasto conjunto de leis e políticas destinadas a proteger crianças, adolescentes e jovens. A partir dos anos 1990, grande parte da legislação pertinente reflete normas progressistas associadas à proteção.⁸⁸ Isso se deve em parte à influência da literatura acadêmica que avaliou criticamente as relações entre juventude, insegurança e subdesenvolvimento.⁸⁹ Acadêmicos e ativistas tentaram reverter as leis que intencionalmente ou inadvertidamente estigmatizavam os jovens. De fato, existe um ecossistema ativo de grupos estatais e não-governamentais envolvidos na formulação da política de juventude em todo o Brasil.

No centro da abordagem jurídica brasileira desenvolvida para proteger e capacitar os jovens está o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi adotado em 1990.⁹⁰ O ECA aplica-se a todos os jovens até aos 18 anos de idade. Incorpora os princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, sendo um marco importante para o país e uma legislação de referência regional e internacional para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. O ECA reafirma os direitos à vida, liberdade, respeito e dignidade. Também estabelece disposições para cuidadores, guardiões, famílias, juntamente com os direitos de recreação, trabalho (e proteção), prevenção da violência e muito mais.

Vários impactos positivos em indicadores são atribuídos ao ECA. Por exemplo, uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) revela que os indicadores relacionados a crianças e adolescentes entre 1991 e 2010 melhoraram em um ritmo mais rápido do que para os adultos. Este é especialmente o caso da educação, longevidade e mortalidade infantil, excedendo a meta planejada nos ODMs. Entre 1990 e 2012, a taxa de mortalidade infantil diminuiu em 68,4%, de 62 mortes por mil nascidos vivos em 1990 para 14 mortes em 2012.⁹¹ Contudo, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, ainda existem graves discrepâncias no acesso a oportunidades de proteção e desenvolvimento em toda a região.

88. Sposito e Carrano (2007).

89. Especificamente, pesquisadores como Miriam Abramovay, Maria Cecília Mynaio, Mary Garcia Castro e Julio Jacobo Waiselfisz examinaram as formas pelas quais os jovens eram tanto vítimas quanto perpetradores.

90. O ECA aplica-se a jovens de 18 anos. Em algumas exceções, pode aplicar-se a jovens de 18-21 anos. Vide http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

91. UNICEF (2015).

Vários novos programas de juventude foram implementados ao longo da década de 1990 para garantir os direitos estabelecidos no ECA. Em 1992, por exemplo, pelo menos 18 iniciativas separadas foram lançadas sobre prioridades relacionadas à juventude e supervisionadas por oito Ministérios e pelo Executivo. Algumas destas intervenções eram estritamente focadas na segurança pública, inclusive uma intervenção liderada pela presidência para “salvar jovens do crime, narcotráfico e violência”.⁹² Esses programas iniciais se concentraram não apenas na delinquência, mas também nos fatores de risco subjacentes, como a vulnerabilidade econômica. Eles também viam os jovens como agentes, como indivíduos com capacidade de resistir ao crime.

No início dos anos 2000, o governo brasileiro passou a organizar conferências anuais de jovens e lançou uma Comissão Especial sobre Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT) e uma nova secretaria especializada em políticas públicas para esta população.⁹³ Em 2005, o governo lançou o primeiro Plano Nacional da Juventude. O plano buscava aumentar o acesso à educação para jovens, combater o analfabetismo, preparar jovens para o trabalho, gerar oportunidades de emprego, promover vida saudável, ampliar o acesso a esportes, lazer, cultura e tecnologias da informação, promover direitos humanos e participação social e melhorar padrões de vida para jovens e comunidades “tradicionais”. Foi criado também o Conselho Nacional para a Juventude (CONJUVE), em 2005, e foram lançadas 143 intervenções focadas em juventude, distribuídas em 19 ministérios.⁹⁴

Outro importante marco legislativo destinado a proteger os jovens é o Estatuto da Juventude, que foi sancionado em 2013.⁹⁵ O Estatuto estabelece os direitos dos jovens, incluindo a cidadania, a educação, a saúde, a liberdade de expressão, bem como a participação política, social e econômica. A lei também destaca a importância da proteção contra a violência por motivos de raça, etnia, deficiências, orientação sexual, gênero e outras frentes. O Estatuto observa que “todos os jovens têm o direito de viver em um ambiente seguro, sem violência... [e] com garantias de igualdade de oportunidades e facilidades de aperfeiçoamento intelectual, cultural e social”.

92. Vide Sposito e Carrano (2007).

93. Este foi aprovado pela Lei 4.530/2004.

94. Vide <http://juventude.gov.br/conjuve>

95. Vale a pena notar que o ECA aplica-se aos adolescentes com idades entre 15 e 18 anos e, excepcionalmente, aplica-se o Estatuto da Juventude de 2013. Vide http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.



O Estatuto da Juventude estabelece uma série de estratégias concretas para prevenir a violência e apoiar programas relacionados. Por exemplo, os artigos 18 e 38 exigem que as autoridades federais, estaduais e municipais lancem programas públicos para garantir a igualdade de direitos para todos os jovens. O texto também apoia a formação de professores para fornecer educação básica sem discriminação - especialmente para populações indígenas e requer que as autoridades garantam a segurança pública, inclusive programas que envolvam a juventude. Muitos dos principais objetivos do Estatuto também são promovidos pelo CONJUVE, o Conselho Nacional da Juventude.

O CONJUVE foi fundamental para a criação do programa *Juventude Viva* em 2014-2015 ⁹⁶, além de defender abordagens mais progressistas de segurança pública e política de drogas. ⁹⁷ O Conselho também liderou apelos para reduzir a violência juvenil no Brasil. Por exemplo, o Conselho Nacional da Juventude articulou com outros órgãos federais e apoiou a elaboração de um plano nacional para reduzir homicídios entre jovens negros em 2015. A proposta também pedia a federalização e reforma das polícias estaduais, reduções nos homicídios cometidos pelas polícias, maior acesso à justiça e propostas específicas para reduzir a violência. ⁹⁸ Transformado em programa, o Juventude Viva foi relançado em 2017, embora sofra de falta de orçamento para sua implementação desde o início.

Não obstante esses ganhos normativos, ainda existem enormes desafios e lacunas quando se trata de proteger e capacitar os jovens brasileiros. Essas deficiências não se devem à ausência de disposições legais, mas a uma profunda negligência nos níveis estadual e municipal. Segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por exemplo, há um déficit de 632 "Conselhos Tutelares" (entidades responsáveis por receber e investigar denúncias de violação de direitos da criança e do adolescente). Há também grandes lacunas nas Varas da Infância e Adolescência que se traduzem em demoras prolongadas nos julgamentos que envolvem os jovens. ⁹⁹

96. Vide http://juventude.gov.br/articles/0009/4790/Guia_Plano_JuvViva_Final.pdf

97. Vide http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0011/0383/secasXI_juventude_segurancapublica_e_acessoajustica_OK.pdf

98. https://www.unicef.org/brazil/pt/media_33713.html e http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/principal/noticias/saiba_mais.php?idnew=415

99. O Conselho Nacional de Justiça afirma que apenas 12% das 1.303 Varas da Infância e Juventude não acumulam ações em outras esferas, como direito penal, civil, de família, entre outros.

Existem também restrições significativas de capacidade para colocar em prática planos mais ambiciosos voltados a essa população. Por exemplo, um Plano Nacional de Educação foi desenhado para entre 2011 e 2020. O Plano traçava como meta que jovens, ao atingir 18-24 anos de idade, tivessem um mínimo de 12 anos de escolaridade. Também defendia que, no mínimo, 33% de todos os graduados do ensino médio ingressassem no ensino superior, seja universitário ou técnico. Mas muitas comunidades no Brasil carecem de infraestrutura educacional básica secundária e terciária, apesar dos esforços federais ao longo das últimas décadas para expandir o acesso e trazer as universidades para o interior do país. Os jovens frequentemente precisam viajar grandes distâncias para comparecer às aulas, e isso é dificultado devido à segmentação espacial e à segregação. As próprias universidades são cronicamente subfinanciadas e carecem de espaço para acomodar os alunos, cujo número expandiu.

A ênfase das autoridades nacionais em medidas educacionais para a juventude é justificada. Há ampla evidência demonstrando como programas baseados em educação podem gerar efeitos positivos na redução da violência, bem como no empoderamento dos jovens. Chioda *et al* examinaram os efeitos do programa *Bolsa Família* nas taxas de criminalidade.¹⁰⁰ O Bolsa Família, outro programa do governo federal, oferece subsídios para mulheres chefes de família de baixa renda para cada criança que é mantida na escola. O estudo constatou que, quando o programa expandiu para incluir adolescentes de 16 a 17 anos, não só havia dividendos educacionais, mas também uma redução de 20% no crime relatado em bairros onde o programa estava em andamento.¹⁰¹

Há muitos exemplos de esforços de prevenção da violência em todo o Brasil e uma série de avaliações para examinar seus efeitos.¹⁰² Exemplos das intervenções mais efetivas são aquelas que promovem a autoestima entre jovens em situação de risco, fornecem programas de reinserção social para jovens em situação de risco, impedem o trabalho infantil e também aqueles que previnem a violência interpessoal (incluindo *bullying*) entre jovens. Outras estratégias consideradas de impacto positivo são aquelas que impedem a exploração sexual, a violência intrafamiliar ou doméstica e que reduzem a

¹⁰⁰. 2013.

¹⁰¹. Chioda et al. (2013).

¹⁰². Muggah, Chainey e Glannini (2019).



probabilidade de os jovens serem expostos a influências negativas, incluindo tráfico de drogas ou violência nas escolas. ¹⁰³

NÍVEL ESTADUAL

Há vários esforços dos estados em todo o Brasil para promover a prevenção e redução da violência juvenil. Muitas dessas iniciativas são orientadas explicitamente aos jovens e, muitas vezes, buscam envolvê-los em sua concepção e implementação. Algumas dessas iniciativas são facilitadas por instituições financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial ou organizações internacionais como o UN-Habitat. Enquanto as agências internacionais têm desempenhado um papel no financiamento de algumas medidas, a maioria das intervenções de segurança pública para a juventude são implementadas por uma combinação de atores públicos, privados e civis em âmbito estadual e municipal.

No Brasil, a segurança pública, por sua vez, é, conforme previsto na Constituição, responsabilidade dos sistemas estaduais de polícia, justiça e penal. Alguns programas estaduais de segurança adotaram abordagens abrangentes - combinando policiamento comunitário e de proximidade - juntamente com programas de prevenção voltados para jovens em situação de risco. Exemplos proeminentes incluem o *Fico Vivo* em Minas Gerais, ¹⁰⁴ *Pacto Pelo Vida*, em Pernambuco, ¹⁰⁵ *Estado Presente* (Estado Presença) no Espírito Santo ¹⁰⁶, e a *Unidade de Polícia Pacificadora* no Rio de Janeiro. ¹⁰⁷ Muitas dessas intervenções foram avaliadas para medir seu impacto geral na segurança e proteção dos jovens. ¹⁰⁸

Um dos mais famosos programas de prevenção da violência juvenil é o *Fica Vivo* (2002-presente), que tem como audiência pessoas de 12 a 24 anos que moram em bairros de alto risco em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. O programa adotou uma abordagem abrangente - reunindo agentes da lei, justiça criminal e proteção social com redes locais de assistência não governamentais.

¹⁰⁹ De 2009 a 2014, após a ampliação, o programa registrou uma redução de

¹⁰³. Souza (2009) e Gomes et al. (2007).

¹⁰⁴. <http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-acoes>

¹⁰⁵. <https://www.seplag.pe.gov.br/web/ppv/pacto-pela-vida>

¹⁰⁶. <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-implanta-programa-estado-presente-para-reduzir-criminalidade-no-espirito-santo>.

¹⁰⁷. <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2016/Relato%CC%81rio%20Final%20Ingle%CC%82s.pdf>.

¹⁰⁸. Dos mais de 90 programas de redução de homicídios implantados na América Latina na última década, cerca de 14 deles foram realizados no Brasil. Vide Cano e Rojido, I. (2016).

¹⁰⁹. O programa forneceu atividades baseadas em dissuasão, juntamente com apoio psicossocial, programas comunitários para jovens e outras oportunidades de educação, emprego e lazer.

¹¹⁰. Vide Silveira et al. (2010, 2008).



69% nos homicídios. ¹¹⁰ Hoje, existem 45 intervenções em todo o estado (havia 19 em 2005). Pelo menos 11.000 jovens são atendidos por ano, com mais de 180.000 casos de mediação de conflitos atendidos.

Outra iniciativa amplamente reconhecida que resultou na redução da violência juvenil é o *Estado Presente*, um programa que começou no Espírito Santo em 2014. A intervenção objetiva reduzir uma gama de índices de criminalidade em 78 municípios do estado. As áreas visadas são responsáveis por aproximadamente 75% de todos os homicídios de jovens entre 15 e 29 anos. As principais prioridades do programa eram aumentar a eficácia da polícia civil e militar para lidar com os crimes, reduzir as taxas de criminalidade violenta entre os jovens de 15 a 24 anos e reduzir a reincidência dos jovens em contato com a lei. Os primeiros resultados demonstraram uma redução dramática na violência homicida. O valor total do programa é de aproximadamente US\$ 70 milhões até o momento. ¹¹¹

O *Pacto pela Vida* é outro programa, que foi lançado em 2007 para reduzir a violência letal e não-letal em Pernambuco. ¹¹² O programa é supervisionado por uma variedade de secretários de estado e inclui um comitê de governança, comitê executivo, cinco forças-tarefa setoriais concentradas em segurança pública, prevenção social, governança, controle de crack e reforma de presídios e uma equipe de gerenciamento. A intervenção estabeleceu metas de redução de violência de 12% ao ano, mas alcançou uma redução estimada de 40% nos homicídios de 2007 a 2013. Acredita-se que o programa tenha obtido reduções significativas na violência em seus primeiros cinco anos, mas deficiências na coordenação e no financiamento, particularmente em relação à reforma das prisões, aplicação de novas tecnologias para policiamento e prevenção nas áreas mais atingidas enfraqueceram os resultados desde então. ¹¹³

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, dois programas são responsáveis por algumas reduções na violência letal entre 2009-2014. O primeiro é o Sistema de Metas, que estabelece incentivos de desempenho para a redução de homicídios em todo o estado. O segundo são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que

¹¹¹. BID 2016, <http://www.iadb.org/en/projects/project-description-title,1303.html?Id=BR-L1387>.

¹¹². <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/pacto-pela-vida/o-que-e/>.

¹¹³. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/05/09/interna_vidaurbana,703035/pacto-pela-vida-completa-10-anos-sob-muitas-criticas.shtml.



se concentraram nas áreas mais afetadas pelo crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. A polícia militar do estado mobilizou policiais recém-recrutados em 38 áreas principais, atingindo mais de 1,5 milhão de pessoas. As taxas de homicídios caíram 66%, mas começaram a subir a partir de 2015 devido a uma série de crises políticas e econômicas. Além de ficar aquém na entrega de políticas sociais e econômicas, a intervenção também sofreu fortes críticas por uma série de abusos cometidos por policiais recém-recrutados para as unidades da polícia de pacificação.¹¹⁴

O programa das UPPs foi acompanhado de uma intervenção especializada voltada para a juventude - o *Caminho Melhor Jovem*.¹¹⁵ Com ênfase em áreas com presença policial¹¹⁶ e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa oferecia alternativas de emprego para jovens em situação de risco entre 15 e 29 anos. Foi administrado pelo Secretário de Estado do Desporto, Lazer e Juventude (SSELJE) e trabalhou com jovens para criar serviços e oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

LIDERADOS PELO MUNICÍPIO

Os municípios brasileiros têm desempenhado um papel comparativamente mais discreto quando se trata de programas de prevenção da violência juvenil ou medidas para promover o empoderamento de jovens, para evitar o envolvimento no crime e na vitimização. Isto se deve, em parte, ao fato de os estados serem constitucionalmente responsáveis pela segurança pública. No entanto, também se deve ao fato de a segurança ser definida estritamente no Brasil como uma responsabilidade de policiamento, e os municípios ainda precisam reconhecer plenamente seu papel central na prevenção primária, secundária e terciária, bem como na reabilitação. Esse é especialmente o caso, considerando que o Brasil está 85% urbanizado e possui 5.570 municípios espalhados pelos seus 26 estados e o Distrito Federal.

Um esforço notável para desenvolver uma abordagem mais coerente do planejamento municipal sobre a prevenção da violência juvenil surgiu em 2007. O

¹¹⁴. Muggah et al. (2016).

¹¹⁵. <http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/principal/home/>.

¹¹⁶. O programa foi realizado em agosto de 2013. Inclui agora Borel e Formiga, Cidade de Deus, Complexo do Alemão, Complexo da Maré, Jacarezinho, Complexo da Penha, São João, Cantagalo, Mangueira, Rocinha, Fumacê, Mangueirinha, Chatuba e bairros de São Carlos.



UNICEF, a Organização Inter-Religiosa para o Desenvolvimento (ICCO), o Laboratório de Análise de Violência e o Observatório das Favelas se uniram à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para lançar um programa com o objetivo de reduzir a violência letal contra adolescentes (PRVL) naquele ano. Um manual foi desenvolvido, estabelecendo como projetar a arquitetura institucional de um programa, desenvolver diagnósticos, treinamento e suporte, plano de comunicações e, por fim, uma estratégia de implementação.

¹¹⁷ O consórcio trabalhou em todo o país para ajudar a direcionar o foco para a prevenção da violência juvenil. ¹¹⁸

Ainda há uma necessidade de os municípios intensificarem suas atividades em relação à população jovem, a fim de prevenir a violência e promover a segurança. O Instituto Igarapé, o Sou da Paz, o Instituto Fidedigna, juntamente com várias organizações públicas e não-governamentais, lançaram a agenda mínima de segurança pública para os municípios durante as eleições de 2014 e 2016 (e novamente em 2018) precisamente para se ater às prioridades-chave de prevenção da violência, inclusive para os jovens. ¹¹⁹ A agenda pede mais foco na coleta de informações, abordando os fatores de risco que definem o recurso à violência e à guarda municipal reformada com habilidades em mediação e resolução de conflitos.

Várias agências internacionais lançaram programas para apoiar os municípios a se envolverem mais detalhadamente em questões de segurança e segurança dos jovens. Por exemplo, o UNICEF lançou a Plataforma para Centros Urbanos (PCU), em 2008, especificamente para promover proteção em cidades que sofrem de extrema violência. A plataforma abrangeu 10 capitais, chegando a 9 milhões de crianças de 0 a 19 anos. ¹²⁰ O foco da plataforma da PCU é a redução de homicídios, bem como a redução da exclusão escolar, o apoio à primeira infância e a promoção dos direitos reprodutivos e sexuais. ¹²¹

As cidades têm menos autonomia para realizar a prevenção da violência do que os estados. Dito isso, estratégias que incluem programas educacionais, atividades baseadas em jovens e controle de armas e álcool vêm gerando resultados positi-

¹¹⁷. Eles produziram um guia municipal para prevenir a violência em http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2013/10/GuiaPRVL_.pdf.

¹¹⁸. <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2013/10/IHA-2009.pdf> e <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IHA-2014.pdf>.

¹¹⁹. <https://igarape.org.br/agenda-municipal-de-seguranca-cidada-2/>.

¹²⁰. A primeira rodada da plataforma chegou ao Rio de Janeiro, São Paulo e Itaquaquecetuba. A segunda concentrou-se em Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. A terceira inclui Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória.

¹²¹. https://www.unicef.org/brazil/pt/where_13615.html



vos. Por exemplo, a secretaria municipal de educação do Rio de Janeiro lançou iniciativas para prevenir a violência juvenil. O programa Escolas do Amanhã concentra-se nos bairros mais vulneráveis e apresenta programas para melhorar o aprendizado e reduzir as taxas de evasão escolar.¹²² É prevista educação em tempo integral (durante todo o dia), além de atividades extracurriculares nas áreas de artes/esportes.

Existem também vários programas apoiados por municípios envolvendo educação e prevenção da violência no Rio de Janeiro. Muitos deles envolvem parcerias com agências internacionais, atores do setor privado, organizações não-governamentais e fundações. Por exemplo, o secretário estadual de educação trabalhou com o CICV (2011-2014) para desenvolver dois projetos – ‘Abrindo Espaços Humanitários’, para promover o diálogo nas escolas secundárias sobre não-violência e ‘Comportamento Mais Seguro’ para treinar professores e alunos a desenvolver planos de segurança que tenham escola o seu ponto focal.¹²³ A intenção é que ambas as iniciativas sejam ampliadas.¹²⁴

RESPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL

O uso de esportes e recreação como meios para prevenir a violência é bastante difundido no Brasil. Há uma longa tradição de vincular atividades esportivas - do futebol às artes marciais mistas - a programas mais amplos de educação, treinamento, colocação profissional e desenvolvimento. Existem várias atividades desse tipo no Rio de Janeiro, por exemplo, inclusive uma iniciativa bem conhecida envolvendo o boxe. O programa ‘Luta Pela Paz’ combina boxe com programas de educação acelerados para empoderar os jovens.¹²⁵ Foi criado em 2010 na cidade do Rio de Janeiro e já se espalhou para 25 países. Hoje a organização também supervisiona um projeto especial para apoiar ex-membros de facções do narcotráfico a se desmobilizar e se reintegrar na sociedade com algum sucesso.¹²⁶

Outros programas oferecem o futebol, o judô e as artes marciais como ponto de entrada para a prevenção da violência. Por exemplo, o “Instituto Bola Pela

¹²². <http://www.escolasdoamanha.com.br/>.

¹²³. Relatórios qualitativos sugerem que foram bem sucedidos.

¹²⁴. CICV (2015).

¹²⁵. <http://fightforpeace.net/pt-br/>.

¹²⁶. avaliações em <https://www.ucamcesec.com.br/projeto/monitoramento-e-avaliacao-do-projeto-luta-pela-paz/> e <https://www.ucamcesec.com.br/projeto/jovens-em-carreiras-criminais/>.

Frente” opera nas principais áreas metropolitanas do oeste do Rio, que são dominadas por facções e grupos de milícias. O Instituto usa o futebol como ponto de partida para evitar o recrutamento de crianças e adolescentes por organizações criminosas.¹²⁷ Da mesma forma, a ‘Fundação Gol de Letra’ também atua em áreas de pobreza concentrada no centro metropolitano do Rio e São Paulo, proporcionando um centro comunitário e serviços de qualidade para adolescentes de alto risco.¹²⁸ Outro grupo similar é o ‘Instituto Reação’, que reúne crianças e adolescentes em treinamento disciplinado em artes marciais.¹²⁹

Alguns dos programas para jovens mais eficazes do Brasil também combinam arte e música para prevenir violência. O projeto ‘Hip Hop Pró Ativo’ foi lançado pelo Instituto de Pesquisa e Ação Comunitária para atender crianças vulneráveis à violência em Brazlândia, na capital federal, Brasília.¹³⁰ O projeto foi embasado em um diagnóstico que examinou como as crianças se identificavam, inclusive por meio da música. A ONG forneceu espaços para que os jovens aprendessem e gravassem hip hop, e depois se engajassem em atividades mais voltadas para a prevenção da violência. Da mesma forma, a iniciativa ‘Praças da Paz’ foi lançada pelo Instituto Sou da Paz em São Paulo para revitalizar o espaço urbano e promover a coesão da comunidade. A intervenção também lançou um diagnóstico com membros da comunidade para identificar áreas de baixo e de alto risco. O projeto aproveitou as escolas de música e samba para transmitir mensagens e também construiu instalações recreativas, incluindo áreas de skate, que eram vistas como prioridades pelos jovens.

Um número crescente de organizações não-governamentais brasileiras está combinando tecnologia de informação e comunicação para capacitar os jovens a prevenir a violência. Uma das abordagens é fornecer aos jovens habilidades e oportunidades necessárias para minimizar as influências negativas. Outro objetivo é capacitar os jovens para influenciar seus próprios processos decisórios. Tomemos o caso do programa Viva Favela do Viva Rio, uma iniciativa de inclusão social e digital que treina “correspondentes comunitários” locais em redação, edição, vídeo, web design. A ideia é garantir que os jovens não

¹²⁷. <http://www.institutodacrianca.org.br/tag/bola-pra-frente/>.

¹²⁸. <https://goldeletra.org.br/> e <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/noticias/2012/146-unfpa-e-gol-de-letra-assinam-parceria>

¹²⁹. <https://goldeletra.org.br/>.

¹³⁰. <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL5333-5598,00-DF+PROJETO+HIP+HOP+PRO+ATIVO+ATRAI+JOVENS.html>.

¹³¹. <http://vivafavela.com.br/>.



tenham apenas oportunidades educacionais, mas habilidades comercializáveis na economia digital. ¹³¹

Da mesma forma, existem grupos que procuram ajudar a moldar a liderança entre os jovens, inclusive por meio de “transferência de tecnologia”. Por exemplo, a Escola de Formação de Jovens foi lançada pela Universidade Católica de Goiás com o intuito de ajudar a desenvolver jovens autônomos e independentes, que antes não tinham consciência de seus direitos básicos. A escola apoia o treinamento em educação digital, junto com o envolvimento da comunidade para discutir temas mais amplos relacionados à justiça criminal, gestão ambiental e oportunidades no mercado de trabalho. Outro exemplo é a Fundação Cidadania Inteligente, lançada em 2017 no Brasil. A Fundação foi originalmente lançada no Chile e usa a tecnologia para promover a transparência e engajar jovens cidadãos em causas políticas. ¹³²

Atores e fundações privadas estão apoiando os jovens em atividades de prevenção da violência. Por exemplo, a Fundação Oi Futuro desenvolveu a “Oi Kabum!”, uma escola de arte e tecnologia que oferece cursos de graduação e pós-graduação em design gráfico e *web design* a jovens de baixa renda, com o objetivo de desenvolver tanto as oportunidades de carreira quanto as habilidades para a vida e a construção da autoestima. Da mesma forma, os principais bancos e empresas de serviços públicos apoiaram o AfroReggae, uma das maiores organizações não-governamentais que trabalham com jovens em situação de risco nas favelas. ¹³³ A organização oferece uma gama de treinamento de alta qualidade e oportunidades em música, teatro, dança e artes. ¹³⁴ O programa da organização *Juventude e Polícia*, iniciado com o CESEC e a Fundação Ford, busca fortalecer as interações positivas entre a juventude e a polícia. ¹³⁵ Organizações internacionais como o UNFPA também apoiam iniciativas da sociedade civil. Um exemplo é o OJU-OMO - Olhar da Juventude, projeto que ampliou o acesso dos jovens à informação básica e fortaleceu sua capacidade de atuar como defensores dos direitos humanos, particularmente em relação aos direitos reprodutivos e sexuais, com foco especial nas questões de gênero

¹³². <https://www.facebook.com/cidadaniainteligente/>.

¹³³. <https://www.afroreggae.org/>

¹³⁴. O fundador da organização também hospeda programas de televisão de cultura jovem com uma audiência nacional.

¹³⁵. <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/daop/conteudo.action?conteudo=1667&tipoConteudo=itemMenu> and <https://www.ucamcsec.com.br/projeto/juventude-e-policia-2a-etapa-capacitacao-de-policiais/>. See also Ramos (2006). Vide também Ramos (2006).

e raça. ¹³⁶ Liderado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), o projeto desenvolve atividades em diferentes territórios em Salvador, na Bahia.

Vários grupos da sociedade civil também têm apoiado estratégias para jovens envolvidos no tráfico de drogas, com vistas a oferecer caminhos alternativos ao crime. Por exemplo, o Observatório de Favelas lançou o programa *Rotas de Fuga* a partir de 2004-2007 em parceria com a ICCO e da Organização Internacional do Trabalho. ¹³⁷ O programa concentrou-se especificamente em crianças, adolescentes e jovens e contou com uma abordagem dividida em fases. ¹³⁸ O Observatório também afirma apoiar uma rede de 46 instituições no Rio de Janeiro e Pernambuco para reforçar os direitos das crianças, adolescentes e jovens que são mais vulneráveis à violência. ¹³⁹ O AfroReggae e o Luta Pela Paz também oferecem programas similares, embora a maioria deles se concentre em uma área muito específica da região metropolitana do Rio de Janeiro.

¹³⁶. <https://brasil.unfpa.org/pt-br/publications/sum%C3%A1rio-executivo-oj%C3%BA-omo>

¹³⁷. <http://of.org.br/projetos/direitos-humanos-projetos/rotas-de-fuga/>.

¹³⁸. Entre eles estão a pesquisa sobre as trajetórias de 230 jovens que trabalham no tráfico de drogas de 34 favelas (2004-2006), a divulgação à sociedade sobre os riscos que enfrentam, oportunidades de prevenção para facilitar uma saída segura e métodos para criar alternativas sustentáveis. Vide http://of.org.br/wp-content/uploads/2016/03/licoes_aprendidas_Rotas.pdf.

¹³⁹. <http://of.org.br/projetos/direitos-humanos-projetos/redes-de-valorizacao-da-vida/>.

¹⁴⁰. PRONASCI (2014).

Figura 5. Programas da sociedade civil para prevenir a violência juvenil e fortalecer a ação dos jovens ¹⁴⁰

Foco temático	Principais atividades	Exemplos
Capacitação e educação	Programas básicos de alfabetização, acompanhamento, mentoria, alfabetização digital, bibliotecas públicas, cursos universitários especializados	Escola Formação da Juventude, O Projeto Luzes, Câmera, Paz!, Projeto Novos Caminhos, etc.
Alternativas esportivas	Aulas de esportes especializados, treinamento em disciplina, atividades competitivas entre grupos separados, espaços durante as horas de pico do crime	Atletas da Paz, Esporte à Meia-Noite, Associação Cultural Esportiva Ecológica Raízes da Natureza Vanderlei Karate (Vankate), etc.
Opções de trabalho	Capacitação profissional, estágio especializado, colocação profissional, bolsas de estudos e auxílio para o trabalho	Crescer, Guardião Cidadão, Instituto Mirim, etc.
Cultura	Treinamentos e aulas de percussão, circo, dança (inclusive capoeira), teatro, cinema, hip-hop, grafitti, apoio a projetos e espetáculos teatrais / cinematográficos, etc.	Arte e da Paz, Picasso não Pichava, Oficina Cultural Consciência Negra
Fortalecimento	Treinamento em ação coletiva comunitária, Treinamento em ações de jovens como agentes políticos ou culturais, espaço de debate sobre temas-chave (por exemplo, gravidez na adolescência, política de drogas, prevenção da violência), projetos comunitários voltados para jovens	Etapas - Juventude e Ação Política, Programa Jovens Urbanos, Papo de Resposta, OJU-OMO.



MOVIMENTOS LIDERADOS POR JOVENS

É claro que, em última análise, os próprios jovens são fundamentais para desenvolver sua própria resiliência à insegurança e à violência. As iniciativas lideradas por jovens são particularmente adequadas para alcançar grupos em situação de risco, a fim de evitar que eles se (re)envolvam em comportamentos violentos. Juntos, jovens podem construir capital social, coesão e eficácia - um sentimento de pertencer aos controles sociais - para impedir o envolvimento futuro na violência. Os jovens tendem a ser inovadores, abertos e preparados para trabalhar duro, mesmo que suas capacidades reais e latentes sejam subestimadas. Uma nova geração de iniciativas de jornalismo juvenil, por exemplo, está surgindo em todo o Brasil, incluindo o amplamente conhecido coletivo Papo Reto lançado em 2014.¹⁴¹ O *Papo Reto* lançou o aplicativo *Nós e Nós* que envia vídeos de violência policial de smartphones para a nuvem.¹⁴² Enquanto isso, o *Defezap* do *MeuRio* oferece serviços semelhantes, capacitando os cidadãos a informar sobre o uso excessivo de força pela polícia.¹⁴³

Outros movimentos sociais estão emergindo, concentrando-se em abordagens específicas para prevenir e reduzir a violência juvenil. O grupo da rede *#Movimentos: Drogas, Juventude e Favela* é formado por líderes de áreas informais de baixa renda para discutir políticas de drogas e seus efeitos locais no Rio de Janeiro, em São Paulo e Salvador.¹⁴⁴ A *Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas* é outro grupo liderado por jovens que está fazendo a ligação entre a política proibicionista de drogas e a violência contra jovens negros do sexo masculino.¹⁴⁵ *Juventudes Contra a Violência*, que começou em Belo Horizonte, em 2013¹⁴⁶, também se espalhou para outras cidades, incluindo o Rio de Janeiro.¹⁴⁷ Outra iniciativa é a *#jovemnegrovivo* da Anistia Internacional, lançada em 2014.¹⁴⁸

Outros grupos incluem parentes de jovens encarcerados e ex-prisioneiros - que têm uma expressão mais local do que as iniciativas acima mencionadas. Um exemplo são grupos como *Mães de Maio*, formados por mães que perderam seus filhos para a violência policial.¹⁴⁹ Eles têm sido essenciais na mobilização contra esse tipo específico de violência contra a juventude. Alguns movimentos sociais

¹⁴¹. <https://ponte.org/tag/coletivo-papo-reto/>.

¹⁴². <https://www.facebook.com/appftrj/>.

¹⁴³. <https://www.defezap.org.br/>.

¹⁴⁴. <https://www.ucamcesec.com.br/2016/10/07/projeto-movimentos-produz-guia-sobre-politica-de-drogas-nas-favelas/>.

¹⁴⁵. <https://www.facebook.com/innpd/>.

¹⁴⁶. <http://juventudescontraviolenca.org.br/>.

¹⁴⁷. <http://www.anf.org.br/jovens-empresendedores-participam-de-imersao-no-alemao/>.

¹⁴⁸. <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>.

¹⁴⁹. <https://www.facebook.com/maes.demaio/>.

estão trabalhando na redefinição de noções de masculinidade para lidar com a violência organizada e interpessoal. O principal proponente dessa abordagem é o Promundo, que atua no Rio de Janeiro, Recife, Ceilândia e Chapecó.¹⁵⁰ A organização tem como foco principal a transformação de normas de gênero “prejudiciais” e a promoção de noções mais saudáveis e noções positivas de masculinidade. Projetos como *Prevenção+* e *Infância Livre da Violência* são concebidos para apoiar relacionamentos mais saudáveis, respeitosos e igualitários, com ênfase tanto nos jovens quanto nos pais e cuidadores.¹⁵¹ Um grupo que também trabalha com tema semelhante a isso é o *AfroBapho*, baseado na Bahia, que usa música e dança para aumentar a conscientização sobre as vulnerabilidades enfrentadas pelos jovens LGBT em áreas de baixa renda.¹⁵²

Há também um ecossistema de grupos descentralizados e modestos de artistas e ativistas que promovem uma visão alternativa da “periferia”. Seu objetivo é incentivar a sociedade a repensar as margens e a valorizar as contribuições culturais dos pobres. São iniciativas como a *Favelados Pelo Mundo*, liderada por jovens do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, que compartilham informações de sua viagem para inspirar os jovens a sair das fronteiras da sua comunidade.¹⁵³ O grupo *Poetas Favelados* também inclui poetas que falam sobre suas vidas no transporte público¹⁵⁴, incluindo alguns que praticam *slam poetry* (competição de poesia falada), tendo sido apresentados nos festivais literários mais proeminentes do país.¹⁵⁵

150. <http://promundo.org.br/recursos/jovemovimento-youth-for-the-end-of-violence/>.

151. <http://promundoglobal.org/work/?program=preventing-violence>.

152. <https://www.facebook.com/AFROBAPHO/>

153. <https://faveladospelomundo.wordpress.com/>

154. <https://www.facebook.com/PoetasFavelados/>.

155. <https://www.facebook.com/FlupRJ/videos/1465759500178529/>.



Uma abordagem abrangente para proteger e capacitar os jovens é essencial para a segurança pública e o progresso do desenvolvimento do Brasil. Seja em escala nacional, estadual ou municipal, programas e políticas devem ser complementadas por policiamento baseado em dados e evidências, prioridades de justiça criminal e reforma penal, e por políticas sociais e de prevenção voltadas para a primeira infância e apoio a jovens em situação de risco. Quando as intervenções são guiadas por um plano equilibrado, contam com linha de financiamento, metas claras com ênfase em reduções na violência e uma estratégia para garantir a implementação e avaliação, as chances de sucesso aumentam. Além disso, estratégias que enfatizam intervenções focadas em territórios vulneráveis trazem uma maior probabilidade de sucesso.

A reforma da política de drogas é também essencial para fortalecer o ambiente de segurança pública do Brasil a longo prazo, deixando para trás o quadro de sobre-ocupação do sistema penitenciário. A atual abordagem do país, ultrapassada e punitiva, privilegia a repressão ao consumo de drogas, criminalizando o uso, punindo com pena de prisão os infratores não-violentos, contribuindo com a sobre-ocupação do sistema prisional.

Algum progresso está sendo feito no Supremo Tribunal Federal no sentido de mudar a legislação do país para descriminalizar o consumo, o que contribuiria para a redução das distorções em nossa política.¹⁵⁶ É necessário complementar essa mudança com um debate baseado em evidências sobre a política penal brasileira, a aplicação de penas alternativas à prisão e sobre o acesso a redução de danos e a disseminação de estratégias de reabilitação para pessoas dependentes de drogas para que o Brasil possa, essencialmente, lidar com seus dilemas de segurança pública.¹⁵⁷

As polícias federal e estadual do Brasil e as forças armadas também precisam aprimorar seu trabalho de custódia de armas de fogo e munição do país. Mais de 75% dos homicídios brasileiros são perpetrados com armas de fogo, muito acima da média global, de 40%. Mas os sistemas de registro nacional e estadual são semi-funcionais e a legislação sobre posse e uso indevido é mal aplicada.

¹⁵⁶. Szabó e Pellegrino (2015).

¹⁵⁷. Muggah e Thompson (2016) e Muggah (2016)

A stylized map of Brazil is shown in the background, outlined in black. Overlaid on the map are several thick, diagonal orange brushstrokes that create a sense of movement and energy. A large, bold, black-outlined number '5' is positioned on the left side of the map, partially overlapping the orange strokes.

5

Recomendações



Ainda assim, pesquisadores e ativistas concluem que, em vez de aprimorar a regulamentação, um pequeno grupo de legisladores - a chamada "Bancada da Bala" - procura tornar as armas mais acessíveis e menos rastreáveis. A ideia é permitir que brasileiros com mais de 21 anos comprem até seis armas e 100 cartuchos por arma de fogo por ano.¹⁵⁸ No entanto, há evidências de que para cada aumento de 1% nas armas de fogo no Brasil há um aumento de 2% nos homicídios.¹⁵⁹ Além disso, acredita-se que um programa significativo de desarmamento realizado nos anos 2000 tenha salvado mais de 135.000 vidas.¹⁶⁰

O investimento em educação, inclusive no desenvolvimento habilidades cívicas e para a vida, é fundamental para melhorar a segurança geral e a segurança dos jovens. O Brasil fez enormes avanços nos indicadores da área nas últimas duas décadas. Em 2011, o governo gastou quase 20% do seu orçamento total em educação - bem acima da média de países da OCDE, de 13%.¹⁶¹ Embora ainda seja baixa em comparação com a média da OCDE, as taxas de matrícula aumentaram muito na primeira infância, nos grupos etários primários e entre adolescentes e jovens. No entanto, a qualidade da educação ainda precisa de melhorias consideráveis, não apenas para manter os alunos envolvidos em sala de aula, evitando a evasão, mas também para garantir que eles possam ter um emprego significativo após se formarem. Da mesma forma, deve haver um equilíbrio da educação, do ensino superior ao primário e secundário, juntamente com uma maior ênfase nas oportunidades profissionalizantes. Por fim, a capacitação em educação cívica e habilidades mais amplas para a vida são essenciais.

Desafiar os estereótipos de identidade e raça é também crucial. O acesso à segurança pública ainda está estratificado em linhas raciais e socioeconômicas. Leis, políticas e programas que dão voz aos jovens, especialmente homens pobres e negros nas favelas, são essenciais para enfrentar preconceitos arraigados. As imagens de homens jovens como criminosos violentos são reproduzidas nos meios de comunicação, de entretenimento, justiça criminal e em outros setores. No entanto, essas imagens precisam ser contestadas. Isso só será possível, porém, quando crianças e adolescentes tiverem habilidades e autoestima adequadas e quando os jovens forem empoderados e capacitados. Grupos como AfroReggae

¹⁵⁸. Os 21 legisladores são todos financiados pela considerável indústria de fabricação de armas de fogo do Brasil, ocupando o segundo lugar no hemisfério ocidental. Eles também estão procurando diminuir a idade do porte oculto de armas de 25 para 21.

¹⁵⁹. Ricardo e Cerqueira (2014)

¹⁶⁰. Matioli (2016).

¹⁶¹. No entanto, quando calculada por aluno, a média ficou bem abaixo da média da OCDE.





e VivaRio, por exemplo, foram criados em resposta ao assassinato de jovens negros pela polícia e ajudaram a criar plataformas para a comunicação entre os jovens. Novos movimentos juvenis e coletivos de jornalistas são fundamentais para a organização da resistência, projetando a voz da rua e exigindo alternativas ao status quo. Os programas de prevenção primária, incluindo aqueles para manter os jovens na escola, devem ser sensíveis às questões raciais e de gênero em suas abordagens e seu conceito.

As estratégias públicas, privadas e não-governamentais para promover a segurança e a proteção dos jovens devem se concentrar em locais, pessoas e comportamentos de alto risco. Recomenda-se uma ênfase na redução da marginalização social e econômica e da desorganização social, uma vez que essas circunstâncias estão fortemente associadas à violência juvenil. A desigualdade de renda, o desemprego juvenil e a ruptura familiar - especialmente jovens mulheres de baixa escolaridade com crianças pequenas e adolescentes - são todos fatores correlatos da violência letal. Esse é especialmente o caso, já que a taxa de homicídios em um bairro é um indicador de que pode haver homicídio em um bairro vizinho. Também são recomendáveis programas que ofereçam apoio especializado a homens negros jovens em situação de risco, especialmente atividades que estimulem a frequência escolar e o emprego sustentável, a fim de evitar tanto a vitimização quanto o risco de se tornarem perpetradores. Intervenções personalizadas que minimizem a exposição ao álcool e armas de fogo, bem como áreas de alto risco, também são altamente recomendadas. Estes são o mesmo perfil dos principais frequentadores de programas efetivos de intervenção precoce para prevenir a violência de gênero.

É necessário ampliar as políticas sociais e econômicas comprovadamente efetivas, que fortaleçam a proteção de jovens em situação de risco. Por exemplo, há motivos empíricos para aumentar a cobertura de famílias em risco para determinados programas sociais, inclusive programas de transferência de renda. Medidas como o Bolsa Família têm um efeito protetor estatisticamente significativo contra a violência letal e não letal. Parte da razão para isso se deve aos seus efeitos positivos nos cuidados da primeira infância e também à

maneira como reduz a evasão escolar. Da mesma forma, programas de Terapia Comportamental Cognitiva (TCC) que ajudam a promover o pensamento positivo, a autoestima e a resiliência também estão fortemente associados ao declínio do comportamento delinquente e violento.

Muito mais precisa ser feito para melhorar as oportunidades e fortalecer os movimentos juvenis e o engajamento dos jovens nos processos de elaboração e decisão da segurança pública. Os jovens são os que têm mais a perder com a exclusão e mais a ganhar com a participação. Precisamos deixar para trás os programas paternalistas, para dar lugar àqueles que dão mais poder às coalizões de jovens e que incentivam o empreendedorismo político e social. Existe um rico ecossistema de movimentos juvenis no Brasil, muitos deles conectados digitalmente. Os jovens são e criarão suas próprias soluções, com base na criatividade e desenvoltura geradas em circunstâncias desafiadoras.



The background of the page features a white outline of the map of Brazil. Overlaid on this map are several thick, expressive orange brushstrokes that sweep across the country from the top-left towards the bottom-right. In the center of the page, the word "Referências" is written in a large, bold, black sans-serif font.

Referências



Abramovay, M. 2005. Cotidiano das escolas: entre violências. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, Available at:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf>

Abramovay, M. Castro, M. G. Pinheiro, L. C. Lima, F. S. Martinelli, C. C. 2002. Juventude e Vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas, Retrieved from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>

Abramovay, M. Rua, M. 2002. Violência nas escolas. UNESCO. Retrieved from:<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001257/125791porb.pdf>

Abramovay, M. Wiselfisz, J., Andrade, C., Rua, C. 1999. Gangs, crews, buddies and rappers: youth, violence and citizenship around the outskirts of Brasilia. UNESCO

Abt, T. 2017. Towards a framework for preventing community violence among youth, Psychology, Health & Medicine, 22:sup1, 266-285. Retrieved from: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13548506.2016.1257815>

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). 2008. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Retrieved from: http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf

Arsenault C. 2016. Brazil land activists facing ‘increased intimidation’ with six killings in 2016. Reuters - Thomson Reuters Foundation (Apr. 29). Retrieved from: <http://www.reuters.com/article/usbrazillandrightsenvironmentidUSKCN0XQ1ZU> Google Scholar

Associação brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) and Instituto Sou da Paz (SDP). 2016. O processamento de homicídios no Brasil. Retrieved from: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/o_processamento_de_homicidios_no_brasil.pdf

Barros, G. S. 2008. “Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito.” Revista Brasileira de Segurança Pública, n.3 jul/ago, p. 134-55.



Bauman Z. 2009. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Camacho A., Mejia C. 2013. The externalities of conditional cash transfer programs on crime: The case of Familias en Acción in Bogota. Unpublished manuscript. Retrieved from <http://lacer.lacea.org/handle/123456789/12539?show=full> Google Scholar

Cano, I. and Rojido, E. 2016. Mapping of Homicide Prevention Programs in Latin American and the Caribbean. Rio de Janeiro: UERJ/LAV, Retrieved from: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2016/Relato%CC%81rio%20Final%20Ingle%CC%82s.pdf>

Carapic, J., Phebo, L., and dos Ramos, M. 2014. “Educational Strategies for Dealing with Urban Violence: Learning from Brazil”, NORRAG Policy Research Note 1, November.

Castro, M. 2001. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Cerqueira, D. and Soares R. 2011. *Custo de Bem-Estar da Violência Letal no Brasil e Desigualdades Regionais, Educacionais e de Gênero*. Brasília: Ipea.

Cerqueira, D. 2012. *Mortes Violentas Não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro*. *Economia aplicada – Brazilian Journal of Applied economics*. Vol. 16 – nº 2.

Cerqueira, D. and Moura, R. 2013. *Custo da Juventude Perdida no Brasil*, unpublished monograph, Retrieved from: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/6904/130712_custo_da_juventude_perdida_no_brasil.pdf.

Cerqueira, D., de Lima, S., Bueno, S., Valencia, L., Hanashiro, O., Machado, P. Lima, A. 2017. *Atlas da Violência*. Brasília, IPEA, Retrieved from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf.



Cerqueira, D., de Lima, R., Bueno, S., Valencia, L., Hanashiro, O., Machado, P. and Lima, A. 2017. Atlas da Violência. São Paulo: IPEA and Forum Brasileiro de Segurança Pública, Retrieved from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf.

CERQUEIRA, D. and COELHO, D. S. C. 2015. Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade. Rio de Janeiro: Ipea, Nota Técnica nº 15. Retrieved from: http://www.en.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150921_nt_diest_14_imputabilidade_penal.pdf

Cerqueira, D. Raniere, M. Guedes, E. Costa, J. D. Batista, F. and Nicolato, P. 2016. Indicadores Multimensionais de Educação e e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Nota Técnica, nº 18. Brasília: IPEA. Retrieved from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160510_notatecnica_diest_18.pdf

Chioda, L, de Mello, J., and R. Soares 2013. Spillovers from Conditional Cash Transfer Programs: Bolsa Família and Crime in Urban Brazil, draft, Retrieved from: http://siteresources.worldbank.org/INTRES/Resources/469232-1380041323304/Chioda_deMello_Soares_BolsaFamilia_April242013.pdf.

Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf

Conselho Indigenista Missionário (CIMI). 2014. Violence against Indigenous Peoples in Brazil - 2014 Data. Missionary Council for Indigenous Peoples (Conselho Indigenista Missionário, CIMI), under the umbrella of the National Conference of Bishops of Brasil (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB). Brasília, Brazil.

Datafolha. 2017. Cresce Apoio à redução da maioria penal em crimes graves. maioria penal O Globo 01/03/2018. Retrieved from: <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-cresce-apoio-reducao-de-maioridade-penal-em-crimes-graves-22249123>



David-Ferdon, C, Simon, T. 2014. Preventing Youth Violence: Opportunities for Action. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention, Retrieved from:

<https://www.cdc.gov/violenceprevention/youthviolence/pdf/opportunities-for-action.pdf>

Departamento Nacional de Assuntos Penitenciários (DEPEN). 2017. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – junho de 2016. Ministério da Justiça.

de Souza, C. 2015. Teenagers, Violence and Crime in Brazil, Freedom From Fear Magazine, Issue 8.

Earth Time. 2018. Retrieved from: <https://earthtime.org/#>

Eisner, M. 2015. How to Reduce Homicide by 50% in the next 10 years, Homicide Dispatch, Igarapé Institute, 1, August, Retrieved from: https://docs.google.com/viewer?url=https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Homicide-Dispatch_1_EN.pdf

Extra. 2017. Isso Não é Normal, Extra, 16 August, <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>

Forum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). 2015. Índice de Vulnerabilidade Juvenil a Violência e Desigualdade Racial 2014. São Paulo: FBSP.

_____. 2017. 11º Anuário de Segurança Pública, Retrieved from: https://mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/caop_crim/ANUARIO-11_FINAL_.pdf

Gomes, R., Minayo, M., Assis, S., Njaine, K. and M. Schenker 2007. Êxitos e limites na prevenção da violência: estudo de caso de nove experiências brasileiras. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1291-1302. Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a18v11s0.pdf>



Human Rights Watch (HRW). 2009. Lethal Force: Police violence and public security in Rio de Janeiro and São Paulo. Retrieved from: <https://www.hrw.org/report/2009/12/08/lethal-force/police-violence-and-public-security-rio-de-janeiro-and-sao-paulo>

_____. 2016. World Report, Brazil chapter. New York: HRW, Retrieved from: <https://www.hrw.org/world-report/2016/country-chapters/brazil>.

_____. 2017. Brazil: Police Abuses Feed Cycle of Violence, January 12, Retrieved from: <https://www.hrw.org/news/2017/01/12/brazil-police-abuses-feed-cycle-violence>

International Committee of the Red Cross (ICRC). 2015. Brasil: Trabalhando em Parcerias para Reduzir as Consequências Humanitárias da Violência no Rio de Janeiro, ICRC, 14 December, Retrieved from: <https://www.icrc.org/pt/document/rio-de-janeiro-trabalhando-em-parcerias-para-reduzir-consequencias-da-violencia>

Igarapé Institute. 2015. Homicide monitor. Retrieved from: homicide.igarape.org.br

Ingram M. C., Marchesini da Costa M. 2014a. Targeting violence reduction in Brazil: Policy implications from a spatial analysis of homicide (Policy brief). Latin America Initiative - Foreign Policy at Brookings, Brookings Institution (October). Washington, DC.

_____. 2014b. “Targeting Violence Reduction in Brazil: Policy Implications from a Spatial Analysis of Homicide”, Brookings Institution, October, Retrieved from: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/Ingram-Policy-Brief.pdf>.

_____. 2017. “A Spatial Analysis of Homicide Across Brazil’s Municipalities”, Homicide Studies 21 (2), Retrieved from: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1088767916666603>

Instituto de Pesquisa de Economica Aplicada (IPEA). 2018. Atlas da Violência. Retrieved from: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2011. Sistema de Indicadores de percepção social: Percepção sobre pobreza: causas e soluções. Brasília: INEP.

Kowarick L. 2009. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34.

Krohn, M. and Lane, J. 2015. Youth Violence in Brazil: Law, Prevalence and Promising Initiatives. London: Wiley.

Manso, E. P. Dias, C. N. 2018. A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Todavia.

Marés, C. 2017. “Where is the World’s Most Dangerous Country for Young People”, Guardian, 21 August, Retrieved from: https://www.theguardian.com/inequality/2017/aug/21/where-is-the-worlds-most-dangerous-country-for-young-people?CMP=fb_gu.

Matioli, B. 2016. Estatuto do Desarmamento Pode Ter Salvado 135 mil Vidas, Painel Academico, 21 August, Retrieved from: <http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/7568-estatuto-do-desarmamento-pode-ter-salvado-135-mil-vidas>

Melo, D. and Cano, U. 2012. Homicídios na Adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: Observatorio de Favelas and UNICEF, Retrieved from: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf

Melo, A. C. and Garcia, L. P. 2017. Atendimentos de jovens vítimas de agressões em serviços públicos de urgência e emergência, 2011: diferenças entre sexos. Ciência & Saúde Coletiva, n. 22 v.4, p. 1333-1341. Retrieved from: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n4/1413-8123-csc-22-04-1333.pdf>



Ministerio da Justicia 2010. Projeto Juventude e Prevenção da Violência: Eixo 2 – Sistematização de experiências de prevenção à violência entre jovens (relatório final). Brasília: Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ILANUD, Retrieved from:

<http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//relatoriosistematizacao.pdf>.

Misse, M. 1997. As Ligações Perigosas: Mercado Informal, Ilegal, Narcotráfico, e Violência no Rio, Contemporaneidade e Educacao 1 (2), pp. 93-116.

Moestue, H. and Muggah, R. 2013. Youth Violence Prevention in Latin America and the Caribbean: A Review of the Evidence, NOREF, Retrieved from: https://issuu.com/gcdp/docs/muggah_moestue_igarape_noref_youth_/9.

Motta, A. 2017. A Guerra de Cada Um, Colabora, 18 August, Retrieved from: http://projetocolabora.com.br/cidades/guerra-de-cada-um/?utm_content=buffer86900&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer

Moura, C., Oliviera, C. and A. Vasconcelos. 2015. Violências e juventude em um território da Área Metropolitana de Brasília, Brasil: uma abordagem socioespacial, Ciencia & Saude Colectiva 20 (11).

Muggah, R. 2019. Brazil's Homicide Rate Finally Fell – By a Lot, Foreign Policy, April, Retrieved from: <https://foreignpolicy.com/2019/04/22/brazils-murder-rate-finally-fell-and-by-a-lot/>

_____. 2017. The Rise of Citizen Security in Latin America, International Development Policy 9, Retrieved from: <https://journals.openedition.org/poldev/2377>



_____. 2017. “Rio de Janeiro: A War By Any Other Name”, Small Wars Journal, April, Retrieved from: <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/rio-de-janeiro-a-war-by-any-other-name>

_____. 2016. “The State of Security and Justice in Brazil: Reviewing the Evidence”, Working Paper 4, Brazil Initiative, George Washington University, Retrieved from: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/04/The-State-of-Security-and-Justice-in-Brazil-Reviewing-the-Evidence.pdf>.

_____. 2016. “How did Rio’s Police Become Known as the Most Violent in the World”, Guardian, 3 August, Retrieved from: <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2016/aug/03/rio-police-violent-killing-olympics-torture>

_____. 2016. “Brazil’s Gun Violence Problem is “Made in Brazil”, WorldPost, 19 November, Retrieved from: http://www.huffingtonpost.com/robert-muggah/brazil-s-gun-violence-prob_b_7831298.html

_____. 2015. “Gangsta’s Paradise: How Brazil’s Criminals (and Police) Use Social Media”, Americas Quarterly, 20 August, <https://www.americasquarterly.org/content/gangstas-paradise-how-brazils-criminals-and-police-use-social-media>

_____. 2014. “Using New Technology to Give Voice to the Voiceless”, Huffington Post, Retrieved from: http://www.huffingtonpost.com/robert-muggah/using-new-technology-youthviolence_b_5243106.html

Muggah, R., Chainey, S. and Giannini, K. 2019. “Reducing Homicide in Brazil: Insights Into What Works”, Americas Quarterly, April 15, Retrieved from: <https://www.americasquarterly.org/content/reducing-homicide-brazil-insights-what-works?utm>

Muggah, R. and Aguirre, K. 2018. Citizen Security in Latin America: Facts and Figures. Igarapé Institute Strategic Paper 33, April, Retrieved from: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Citizen-Security-in-Latin-America-Facts-and-Figures.pdf>



Muggah, R. and Cerqueria, D. 2017. “Brazil Has A Murder and Gun Problem. Here’s Why Both Could Get Worse”, USA Today, 30 March, Retrieved from: <https://www.usatoday.com/story/opinion/2017/03/30/opinion-brazil-murder-gun-problem/99814550/>

Muggah, R., Aguirre, K. and Chainey, S. 2017. “Targeting Hot Spots Could Dastically Reduce Latin America’s Murder Rate”, Americas Quarterly, 14 March, Retrieved from: <http://americasquarterly.org/content/targeting-hot-spots-could-dastically-reduce-latin-americas-murder-rate>

Muggah, R. and Garzon, J. 2017. “Latin American Fears”, Los Angeles Times, 22 August.

Muggah, R. and Szabo, I. 2017. “Brazil’s Deadly Prison System”, New York Times, 4 January, Retrieved from: <https://www.nytimes.com/2017/01/04/opinion/brazils-deadly-prison-system.html>.

Muggah, R. and Thompson, N. 2016a. “Brazil’s Merchants of Death”, New York Times, October 23, Retrieved from: <https://www.nytimes.com/2016/10/24/opinion/brazils-merchants-of-death.html>

_____. 2016b. “Brazil’s Digital Backlash”, New York Times, 12 January, Retrieved from: <https://www.nytimes.com/2016/01/12/opinion/brazils-digital-backlash.html>.

Muggah, R., Szabo, I., Alvarado, N., Marmolejo, L., and R. Wang. 2016. Making Cities Safer: Citizen Security Innovations from Latin America. Washington DC: IADB and Igarapé Institute, Retrieved from: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/07/AE-20_Making-Cities-Safer-Citizen-Security-Innovations-from-Latin-America_WEB-1.pdf

Muggah, R. and Moestue, H. 2012. Preventing Violence Against Children in Fragile and Conflict-Affected Settings: A Child Security Index, Early Childhood Matters, Retrieved from: <https://issuu.com/gcdp/docs/moestue-and-muggah-2012-child-security?e=4620863/4122672>.



Muggah, R. and Vilalta, C. 2012. Violent Disorder in Ciudad Juarez: a Spatial Analysis of Homicide. HASOW Discussion Paper 1. Retrieved from: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Violent-Disorder-in-Ciudad-Juarez-1.pdf>

Murphy, K. and Topel, R. 2003. The Economic Value of Medical Research. In Murry and Topel (Ed.) Measuring the Gains from Medical Research: an Economic Approach. Chicago, University of Chicago Press, p. 41-73.

Nascimento, A. 2017. “A Corrupcao Policial em Debate: Desvio e Impunidade nas Instituicoes Policiais do Rio de Janeiro”, Revista da Estudos de Conflito e Controle Social, 10 (1), Jan-April, pp. 64-82

Paviani A. 2007. Migrações com desemprego: injustiça social na configuração socioespacial urbana. Cadernos metrópole, 17(1):13-33.

Prison Studies. N.d. World prison brief. Retrieved from: <http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief-data>

Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRLV). 2015. PRLV 2014. Brasília, Retrieved from: <http://prvl.org.br/wp-content/uploads/2017/06/IHA-2014.pdf>

PRONASCI. 2014. Diretrizes Para Projectos de Prevencao a violência entre Jovens. Brasília: Projecto Juventude e Prevencao da Violencia, Retrieved from: http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Diretrizes_projetos_prevencao_violencia_entre_jovens_2014.pdf

Ramos, S. 2006. Brazilian Responses to Violence and New Forms of Mediation: The Case of the Grupo Cultural AfroRaggae and the Experience of the Project “Youth and Police”, Ciencia and Saude Coletiva, 11 (2), 418-428.

Raton, J., Galvao, C., and Fernandez, M. 2014. “O Pacto Pela Vida e a Reducao de Homicidios em Pernambuco”, Strategic Paper, Retrieved from: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>.



Reichenheim, M.E. Souza, E. R. Moraes. C. L. Mello Jorge, M. H. P. Silva, C. M. F. P. Minayo, M. C. S. 2011. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. Lancet.

Ricardo, D. and Cerqueira, D. 2014. Causas e consequências do Crime no Brasil. Brasília; Bando Nacional do Desenvolvimento, Retrieved from: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Concurso0212_33_premiobndes_Doutorado.pdf

Rosen, S. 1988. The value of changes in life expectancy. Journal of Risk and Uncertainty, v. 1, p. 285-304, 1988.

Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). 2018. Custos econômicos da criminalidade no Brasil. Secretaria de Governo da Presidência da República. Retrieved from: http://www.secretariageral.gov.br/estrutura/secretaria_de_assuntos_estrategicos/publicacoes-e-analise/relatorios-de-conjuntura/custos_economicos_criminalidade_brasil.pdf

Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). 2017. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017. Brasília: Secretaria de Governo da Presidência da República. Retrieved from: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260661por.pdf>

Silveira, A, Assunção, R, Silva, B and Beato, C. 2010. Impacto do Programa Fica Vivo. Revista de Saúde Pública 44(3): 496–502, <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102010000300013>.

Silveira, A. 2008. A Prevenção de Homicídios: a experiência do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras. Revista Educação & Realidade 33(2): 163–176, Retrieved from: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102010000300013>.

Soares, R. R. 2006. The Welfare Cost of Violence Across Counties. The Journal of Health Economics, v. 25, p. 821-846.



Souza ER, Gomes R, Silva JG, Correia BSC, Silva MMA. (2012) Morbidity and mortality of young Brazilian men due to aggression: expression of gender differentials. *Cien Saude Colet*, 17 (12):3243-3248.

Souza, E. and Minayo, M. 2009a. Mortalidade de jovens de 15 a 29 anos por violências e acidentes no Brasil: situação atual, tendência e perspectiva, in *Demografia e saúde: contribuição para análise de situação e tendências*. 1ed.Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, v. 1, p. 113-142.

_____. 2009b. “O excesso de mortalidade dos adultos jovens”, *Informe de situação e tendências: demografia e saúde*. 1ed.Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009, v. 1, p. 29-34.

Sposito, M. and Carrano, P. 2007. “Juventude e Políticas Públicas no Brasil” In: Sposito, M. et al (Eds) *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: Ministério da Educação and UNESCO.

Szabo, I. and Pellegrino, A. 2015. Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Començou. Strategic Article 16, March, Retrieved from: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-16_CADERNO-DE-EXPERI%C3%84NCIAS_24-03w.pdf

Thapa, R. (2017) *Global Survey on Youth, Peace and Security*. Unpublished.

Trindade, R., Moura, F, Silva, P, Caminit, G., and C. dos Santos 2015. Mapa de los Homicidios por Amra de Fuego: Perfil e las Victimas y las Agresiones”, *Revista da Escola de Enfermagem da USP* 49 (5), Retrieved from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342015000500748

UNICEF. 2015. ECA 25 anos: Avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil. [S.I]. UNICEF, <http://www.unicef.org/brazil/pt/ECA25anosUNICEF.pdf>.



_____. 2014. Hidden in Plain Sight – A statistical analysis of violence against children. New York: UNICEF, Retrieved from: http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf.

Waiselfisz, J. J. 2016a. Relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil. FLACSO Brasil, 2016, Retrieved from: http://flacso.org.br/files/2016/06/Viol%C3%Aancia_Letal_web.pdf.

_____. 2016b. Educação:blindagem contra violência homicida? Caderno Temático no 1. Recife.

_____. 2014. Mapa da Violência 2014: Os Jovens Do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.

_____. 2013. Mapa da Violência no Brasil em 2013: homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria da Presidência da República.

World Bank. n.d. Spotlight 4: Where Criminal Justice is Not Enough: Integrated Urban Crime and Violence Prevention in Brazil and South Africa, Retrieved from: http://siteresources.worldbank.org/EXTNWDR2013/Resources/8258024-1352909193861/8936935-1356011448215/8986901-1380046989056/04a--Spotlight_4.pdf

World Health Organization. N.d. Reducing Homicide in Diadema, Brazil, Retrieved from: <http://www.who.int/violenceprevention/about/participants/Homicide.pdf>.

World Prison Brief. No Date. Retrieved from: <http://www.prisonstudies.org/>

Anexo I. Taxas de homicídio para homens jovens

Taxa de homicídio para homens jovens							
Variação (%)	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Brasil	96,5	97,4	94,3	99	100,1	100,7	98,7
Acre	60,5	80,2	62,3	68	67,9	62,3	58,7
Alagoas	147,2	205,5	232	244,3	235,9	273,5	283,6
Amapá	131,9	137,2	114,3	142,4	105,3	162,1	108,2
Amazonas	67,6	80	79,1	87,2	97,8	111,6	139,1
Bahia	74,3	84,1	94,1	131,8	153,8	159,6	145,6
Ceará	75,4	75	84,6	89,9	92,8	117,2	121,5
Distrito Federal	112,1	107,9	116,7	128,8	135,4	115	122,7
Espírito Santo	169	180,7	184,7	202,8	208,9	188,9	181,2
Goiás	95,7	93,2	95	108,9	107,9	117,3	127,4
Maranhão	50,5	51,7	61,3	69,9	76,2	81,6	80,1
Mato Grosso	89	93	78	90,3	97,7	99,2	99,9
Mato Grosso do Sul	85,3	89,4	93,4	94,2	96,3	77,8	79,5
Minas Gerais	85,2	81,9	79,9	74,2	70	65,8	76,9
Pará	95,6	103,9	108,5	138,9	144,6	159,3	145,9
Paraíba	71,3	81,4	80,8	99,4	124	148,1	162,1
Paraná	112,8	114,4	118,3	126,8	136,6	128,3	118,5
Pernambuco	201,6	200,9	207,1	201,1	173,5	151,6	148,6
Piauí	42,3	47,6	37,5	37,1	42,4	41,1	48,3
Rio de Janeiro	203,2	198,6	178,6	150,6	138,9	148,4	116,3
Rio Grande do Norte	47,7	48,5	64,4	81,1	94	88,2	121
Rio Grande do Sul	69,7	67	76,3	80,6	70,8	64,6	67,5
Rondônia	94	98,4	83	79,9	84,5	87,1	67,4
Roraima	66,4	66	68,8	53,2	63,7	65,2	49,6
Santa Catarina	36,2	35	34,7	43,7	45,2	38,6	40,2
São Paulo	80	71,8	52,2	49,3	49,1	43,6	42,1
Sergipe	81,4	107	94,7	99,5	103,5	110,3	113,9
Tocantins	40,2	56	40,6	53,8	57,7	76,5	65,3



2012	2013	2014	2015	2016	2005-2016	2014-2015	2015-2016
108,9	109,7	116,9	113,6	122,6	27,05%	-2,90%	8%
86	95,7	89,1	81,7	154,8	155,87%	-8,30%	89%
264,4	285,5	270,2	233	240	63,04%	-13,80%	3%
147,4	128,6	135	141	196,9	49,28%	4,40%	40%
123,1	111,6	113,1	131,1	124,9	84,76%	15,90%	-5%
170	157,3	173,5	176,3	218,4	193,94%	1,60%	24%
183,3	210,4	222,6	194,7	166,1	120,29%	-12,50%	-15%
127,5	112,6	110,2	91,7	95,3	-14,99%	-16,80%	4%
175,3	179,2	176,2	153,6	133	-21,30%	-12,90%	-13%
160,7	170	164	171,9	177,2	85,16%	4,80%	3%
96,1	118,7	133,9	129,3	125,1	147,72%	-3,50%	-3%
113,2	117,1	133,8	110	109,6	23,15%	-17,80%	0%
77,3	70,3	82	70,1	71,9	-15,71%	-14,60%	3%
86,5	91,6	92,2	85,6	92	7,98%	-7,20%	7%
145,5	145,5	146,1	155,9	181,3	89,64%	6,80%	16%
163,2	163	161,8	155,5	133	86,54%	-3,90%	-14%
123,3	100,5	97,2	99,7	107,9	-4,34%	2,50%	8%
142,1	132,3	148,1	171,2	200,5	-0,55%	15,60%	17%
58	73,4	89,2	73,4	86,5	104,49%	-17,70%	18%
116,6	131,3	147,4	134,7	166,7	-17,96%	-8,60%	24%
135,7	183,6	208,8	197,4	237,3	397,48%	-5,50%	20%
76,5	73,9	93,5	97,8	113,4	62,70%	4,60%	16%
82,8	76,7	83,6	93,9	98,4	4,68%	12,20%	5%
90,5	94,4	68,6	91,4	107,7	62,20%	33,20%	18%
41,4	36,5	40,3	45,5	48,8	34,81%	12,70%	7%
48,8	43	46,9	40	34,4	-57,00%	-14,70%	-14%
149,8	164,3	198,3	230,4	280,6	244,72%	16,20%	22%
78,6	60	82,4	108,2	124,9	210,70%	31,30%	15%



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-98579-22-1

